



CONSELHO MUNICIPAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA – COMDEFI

Lei Municipal de nº 1.043/2003 e Lei Municipal de nº 1.892/2010

ATA COMDEFI Nº 158 DE 31 DE JANEIRO DE 2024

Aos trinta e um dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e quatro, às nove horas e quinze, na Sala de Reuniões deste Conselho, teve início a reunião ordinária do Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência de Caraguatatuba, com a presença dos seguintes representantes do Poder Público Municipal: Márcia Cristina de Souza, Márcia Denise Gusmão Coelho, Ruth Teixeira Jerônimo de Sousa, Cecília Oliveira Alves Piauí, Gabriel Marconi Borges da Costa e Roxane Maria Moreira de Lima Rocha. Conselheiros Representantes da Sociedade Civil: Silvana Cordeiro de Jesus, Mécia Policarpo Quirino, Ruben Dario Garcia Rodrigues, Cilmar Oliveira dos Santos, Maria Jose Dantas Martins e Marta Borges da Silva Santos. Justificaram a ausência os conselheiros: Amanda Bruna Barros da Costa, Fabricio Vosso Dias, Luciana oura da Silva e Danilo de Oliveira. A Reunião tem início com apresentação online do Programa Emprego Inclusivo, apresentado pela senhora Gisellyn Ribeiro e a senhora Ethel Schad, que começa informando que o Estado de São Paulo tem 3,4 milhões de Pessoas com Deficiência e apenas 4,5% delas estão empregadas formalmente, Gisellyn fala que atua fortemente na região de São Jose dos Campos que atende a região do Litoral e que os planos e negociações é que futuramente o Polo Regional seja aqui no município de Caraguatatuba mais especificamente na SEPEDI aproveitando a estrutura e o ponto de referente já existente. A Apresentação fala sobre as barreiras encontradas entre a pessoa com deficiência e o trabalho formal como a baixa escolaridade, a falta de formação técnica e a própria falta de oportunidade de adquirir experiência no trabalho. Grande parte das empresas tem visão assistencialista e capacitista os processos seletivos nem sempre são equitativos, sem conhecimento das tecnologias assitivas que possibilitariam a adaptação do ambiente trabalho visando garantir uma ação acertiva. Com este projeto é feito um levantamento aprimorado do perfil, currículo padrão, histórico profissional, com a devida apresentação do programa, mapeamento das funcionalidades, pesquisa de autonomia, entendimento sobre a deficiência, apontamento de apoios necessários. É feito também em parceria com o - Programa do Governo do Estado de São Paulo "Via Rápida" o curso de capacitação que qualifica jovens gratuitamente visando o acesso aos cursos oferecidos online. Também são realizadas oficinas preparatórias, online e presencial, com dicas para



CONSELHO MUNICIPAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA – COMDEFI

Lei Municipal de nº 1.043/2003 e Lei Municipal de nº 1.892/2010

entrevistas e simulação de perguntas. Em relação as empresas, serão feitas reuniões de sensibilização, informação e desmistificação de um colaborar com deficiência, com apresentação do programa será falado sobre o capacitismo e que com pequenos ajustes é fácil efetivar o colaborador. Após a inclusão é feito acompanhamento online e presencial, resolução de dificuldades apresentadas, aconselhamento comportamental e direcionamento de possíveis tecnologias assistivas. É feito cuidadosamente um acompanhamento para que caso seja necessário haja uma mediação de conflito buscando solucionar as dificuldades de ambas as partes buscando a permanência do profissional com qualidade de vida e atendendo as demandas reais da empresa. Encerrando a apresentação Gisellyn se coloca a disposição pelo email gisellyn.silva@itsbrasil.org.br e a senhora Ethel no email ethel.schad@itsbrasil.org.br para maiores duvidas e esclarecimentos, agradecem muito pela oportunidade. A senhora Presidente agradece muito a participação das duas e torce muito pelo projeto e diz que ficará muito contente se o Pólo Regional se Concretizar em Caraguatatuba, consolidando Caraguá como referencia na região. Em seguida a Senhora Presidente coloca em votação a mudança de horário das reuniões deste Conselho tendo em vista o deslocamento do Conselheiro Ruben Dario Garcia Rodrigues que ao utilizar o carro acessível do CIAPÍ não consegue estar presente às 9h na abertura da reunião desta maneira evitando prejuízos ao Conselheiro a Presidente Coloca em votação a mudança de horário que passará a ser às nove horas e trinta minutos. Não havendo objeção, é deliberado favorável por unanimidade. Dando Continuidade a senhora Márcia Denise Gusmão Coloca em pauta a solicitação de acréscimo de utilização de recurso do Fundo Municipal da Pessoa com Deficiência para adequação de acessibilidade da calçada em frente ao projeto “Longa Vida” antigo “Vila Dignidade”, Márcia fala que tem feito o possível com o recurso que tem para reformar dentro do espaço do projeto e que anteriormente, na antiga gestão foi deliberado favorável neste Conselho a utilização do recurso para adequação da calçada no valor de R\$ 33.358,05, porem que no decorrer do ano e da inflação, nada foi tramitado até o momento há uma diferença de valores corrigidas no valor de R\$ 1041,82 (um mil, quarenta e um reais e oitenta e dois centavos.) desta maneira o valor total do projeto ficaria em R\$ 34.399,87. Colocado em deliberação a liberação do valor de acréscimo R\$ 1041,82. É aprovado, com apenas dois votos contra, das senhoras: Cilmar Oliveira dos Santos e Marcella de Cássia Jorge Lopes. A Conselheira Marta Borges fala da necessidade do acompanhamento da utilização deste recurso e da obra para dar clareza e



CONSELHO MUNICIPAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA – COMDEFI

Lei Municipal de nº 1.043/2003 e Lei Municipal de nº 1.892/2010

73 transparência. A Conselheira Marcia Denise Gusmão Coelho reforça a
74 importância do acompanhamento da decisão para que haja alguma ação, pois
75 desde que foi deliberado o recurso não saiu da conta do fundo devido a tanta
76 burocracia e a calçada está lá de qualquer jeito sendo que este recurso é única
77 e exclusivamente para acessibilidade de calçadas. A Conselheira Marta fala
78 sobre a proposta da Comissão de Fiscalização, fala que se reunirão online, ela,
79 Marcella e o Ruben e fizeram este material que foi enviado aos Conselheiros,
80 Marta faz a leitura do Material, colocado em votação é aprovado por
81 unanimidade. Ficando para próxima reunião a Composição desta nova
82 Comissão. Dando Continuidade é falado sobre a necessidade da elaboração dos
83 Crachás para os Conselheiros, que tem por objetivo ser utilizado em eventos
84 ,ações fiscalizatórias e visitas as entidades. Posto em votação é aprovado por
85 unanimidade. A senhora Presidente solicita que seja enviado solicitação de
86 layout a secretaria de Comunicação para elaboração de tal crachá, que constará
87 a data de mandato e deverá ser devolvido quando encerrar o mandato ou caso
88 o Conselheiro se desligue deste Conselho. Encerrando a reunião a Conselheira
89 Cilmara fala um pouco sobre o Comitê Municipal de Vigilância à Violência
90 (Comviv), importante órgão que presta apoio às vítimas de violência e da
91 necessidade de renovação de representação. Colocado em aberto se
92 candidataram a senhora Márcia Denise Gusmão Coelho e como suplente a
93 senhora Mécia Policarpo Quirino. A Senhora Presidente solicita que seja
94 enviado ofício a secretaria de Saúde para que seja atualizada a representação
95 deste Conselho neste importante Comitê. Nada mais a ser tratado, eu Lucas
96 Fernando Perez de Carvalho Pinto lavro esta Ata que vai por mim assinada e
97 pelos demais presentes.

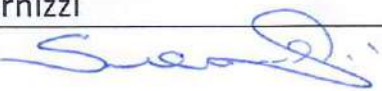
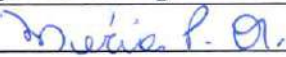
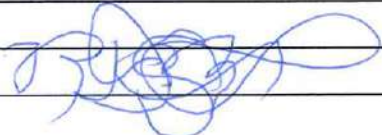
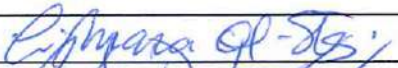
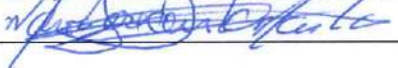
Lucas Fernando Perez de Carvalho Pinto
Marcia Denise Gusmão Coelho
Mécia Policarpo Quirino
Marcella
Ruben
Cilmara

CONSELHO MUNICIPAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA – COMDEFI

Lei Municipal de nº 1.043/2003 e Lei Municipal de nº 1.892/2010

LISTA DE PRESENÇA

ATA Nº 158 DE 31 DE JANEIRO DE 2024

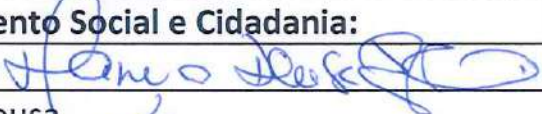
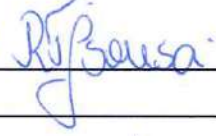
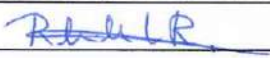
SOCIEDADE CIVIL	
ACALENTO - Associação de Apoio ao Desenvolvimento Humano	
Titular: Zenaide de Souza bicudo Vernizzi	
Suplente: Silvana Cordeiro de Jesus	
APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Caraguatatuba:	
Titular: Fabrício Vosso Dias	
Suplente: Graziela Macedo Ribeiro	
CASA BEIJA FLOR - Casa da Criança de Caraguatatuba:	
Titular: Mécia Policarpo Quirino	
Suplente: Luna Sales	
Pessoas físicas com deficiência	
Titular: Odir De Almeida Veiga	
Suplente: Amanda Bruna Barros da Costa	
Titular: Ruben Dario Garcia Rodrigues	
Suplente: VAGO	
Pessoas físicas sem deficiência:	
Titular: Marcella de Cássia Jorge Lopes	
Suplente: Isabela Ribeiro de Carli Bento	
Titular: Cilmaria Oliveira dos Santos	
Suplente: Maria Jose Dantas Martins	
Titular: Marta Borges da Silva Santos	
Suplente: Steven Patick dos Santos	

CONSELHO MUNICIPAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA – COMDEFI

Lei Municipal de nº 1.043/2003 e Lei Municipal de nº 1.892/2010

LISTA DE PRESENÇA

ATA Nº 158 DE 31 DE JANEIRO DE 2024

PODER PÚBLICO	
Secretaria Municipal de Educação:	
Titular: Fabiana Miranda Matos	
Suplente: Márcia Cristina de Souza	
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania:	
Titular: Márcia Denise Gusmão Coelho	
Suplente: Ruth Teixeira Jeronimo de Sousa	
Secretaria Municipal de Saúde:	
Titular: Paulo Malta de Carvalho Filho	
Suplente: Cecília Oliveira Alves Piauí	
Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos:	
Titular: Luciana Moura da Silva	
Suplente: Valéria Regina Rodrigues de Lima	
Secretaria Municipal de Urbanismo:	
Titular: Alexandre Barroqueiro de Carvalho	
Suplente: Valdineia Dias Roque dos Santos de Jesus	
Secretaria Municipal de Esportes:	
Titular: Danilo de Oliveira	
Suplente: Marcio Antonio do Prado	
Secretaria Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência e do Idoso:	
Titular: Priscila Moraes Lopes	
Suplente: Gabriel Marconi Borges da Costa	
Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana e Proteção ao Cidadão:	
Titular: Roxane Maria Moreira de Lima Rocha	
Suplente: Juliana Cunha de Carvalho	



CONSELHO MUNICIPAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA – COMDEFI

Lei Municipal de nº 1.043/2003 e Lei Municipal de nº 1.892/2010

ATA COMDEFI N 159 DE 28 DE FEVEREIRO DE 2024

Aos vinte e oito dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte quatro, as nove horas, teve início a Reunião Ordinária Presencial do Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência de Caraguatatuba com a presença dos seguintes representantes do Poder Público Municipal: Fabiana Miranda Matos, Marcia Denise Gusmão Coelho; Luciana Moura da Silva Alexande Barroqueiro de Carvalho; Damilo de Oliveira Priscila Moraes Lopes, Roxane Maria Moreira de Lima Rocha. Representantes da Sociedade Civil: Zenaide de Souza Bicudo Vernizzi; Fabrício Vosso Dias; Graziela Marcedo Ribeiro; Mécia Policarpo Quirino; Luna Sales Ruben Dario Garcia Rodrigues; Cilmara Oliveira dos Santos. Justificaram a ausência os seguintes Conselheiros: Marta Borges da Silva Santos, Odir de Almeida Veiga e Marcella de Cássia Jorge Lopes. A reunião teve início as nove horas com a abertura da Presidente Senhora Roxane Maria Moreira de Lima Rocha dando as boas vindas a todos, a presidente passa a palavra para o Secretário Exetucito deste Conselho fazer a leitura da Ata COMDEFI N 158 de 31 de Janeiro de 2024, que foi enviada junto com a Convocação desta Reunião, senhora Zenaide Presidente da ACALENTO para dar esclarecimentos sobre a situação de paralisação do transporte oferecido aos pacientes da ACALENTO Equoterapia no Porto Novo, Zenaide conta que a empresa Marajá paralisou por conta própria o serviço pois exige um aumento abusivo no contrato de prestação de serviço e tem lhe importunado para que ela resolva, porem o contrato de transporte é entre a Prefeitura de Caraguatatuba e a Empresa de Transporte Marajá. Zenaide conta que com a paralisação do transporte dos pacientes, tem sofrido duras criticas e chingamentos na internet principalmente no grupo do Facebook Boca no Trombone, Zenaide ficou muito chateada pois são pessoas que não tem nada haver com os pacientes que estão se utilizando da situação pra criar uma situação de horror. Zenaide fala que já falou com o Secretário Amauri para que ele trate dentro da Prefeitura sobre a questão do contrato desta empresa e pede urgência na retomara do serviço, pois os pacientes que em sua grande maioria são autistas necessitam do atendimento. A Conselheira Priscila, representante da SEPEDI informa que hoje pela manha antes da reunião já teve a noticia que a empresa informou que retomará o serviço sem o aumento solicitado e ira cumprir até o fim do contrato. A Conselheira Zenaide fala que não foi informada ainda pessoalmente e que aguarda ansiosa por isso para que esse pesadelo acabe, finalizando, Zenaide convida a todos os Conselheiros a conhecerem o trabalho da ACALENTO Equoterapia que atua a 18 anos no Bairro Porto Novo e atende mensalmente 1200 atendimentos e em grande maioria autistas. A Presidente agradece os esclarecimentos da senhora Zenaide referente a ACALENTO, dizendo que a ACALENTO é uma instituição muito antiga e respeitada na cidade e se diz muito triste por ela e pela instituição estar passando por

Alma de S.

Luna Sales



CONSELHO MUNICIPAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA – COMDEFI

Lei Municipal de nº 1.043/2003 e Lei Municipal de nº 1.892/2010

40 este tipo de situação, mas acredita que tudo se solucionará da melhor maneira o mais
41 breve possível. Dando seqüência a senhora Presidente passa a palavra para senhora
42 Alcione Ribeiro Diretora Técnica da SEPEDI para falar sobre o Fluxo de Atendimento da
43 Pessoa com Deficiência de Caraguatatuba. A senhora Alcione dá bom dia a todos e diz
44 ser um prazer estar aqui no Conselho para dar clareza sobre o Fluxo na intenção de
45 disseminar o conhecimento e facilitar o acesso ao Fluxo de Atendimento da Pessoa
46 com deficiência, além disso Alcione fala que exige um pedido do Ministério Público do
47 Estado de São Paulo para que o Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência
48 normatize através de Resolução o Fluxo de Atendimento com objetivo de dar
49 publicidade, estabilidade e clareza aos munícipes. Sendo assim Alcione fala que hoje
50 fluxo vigente hoje em que todos os presentes tem em mãos para acompanhar a
51 apresentação, foi desenvolvido no ano de 2019 entre as Secretarias Municipais de
52 Saúde, Educação e SEPEDI, foram varias reuniões trocando informações sobre os
53 serviços prestados por cada Secretaria depois de entender tudo que o Municipio
54 oferece foram desenhadas formas de entradas e encaminhamentos levando em
55 consideração os graus de denuncia e demanda de serviços. A SEPEDI, o COMDEFI as
56 UPAS, UBS, Disk Cem são todas portas de entradas para denúncias. Alcione fala que
57 em situação graves de violência e maus tratos primeiramente deve chamar o SAMU, o
58 SAMU é único órgão que pode entrar na casa da vitima e tirar ela de lá e também eles
59 já levam a vitima para a unidade de pronto socorro e já dão os primeiros
60 atendimentos, muitos estão sem banho a muito tempo, em estado de inanição, já
61 fazem a higienização, vários exames, dão soro alimentam, medicam e da li em diante a
62 é visto qual será o procedimento adequado. Também tem os casos de violência
63 patrimonial que são muito comuns, onde o cuidador utiliza o beneficio com outras
64 coisas e não com a pessoa com deficiência, ou até faz empréstimos em nome da
65 pessoa com deficiência. E tem também as negligencias culturais onde os parentes as
66 vezes nem sabem a forma correta de higienizar, alimentar e cuidar da pessoa com
67 deficiência. O Secretário Executivo fala que o Conselheiro Odir de Almeida Veiga que
68 não pode estar presente nesta reunia enviou duas perguntas pelo grupo de whatsapp
69 deste Conselho, a primeira seria: Pergunta 1 - As denuncias devem ser realizadas na
70 SEPEDI ou no Disk 100. Alcione fala que tanto faz podem ser feitas das duas formas e
71 também pode ser feita aqui na Sede do COMDEFI e também pelo Email do COMDEFI.
72 Pergunta 2- Porque a SEPEDI pede laudo de autismo atualizado, já que existe a lei
73 Estadual nº 17.669/23 em sentido contrário. Alcione diz que essa afirmação do
74 Conselheiro Odir esta enganada, esta lei fala sobre Laudos Periciais. Laudos Periciais
75 são somente os obtidos através da Justiça, laudo de medico do SUS ou clinicas
76 particulares não são laudos periciais. E a solicitação de atualização tem objetivo de ver
77 a evolução da pessoa, as vezes aumenta ai é necessário um outro tipo de atendimento
78 ou programa, ou as vezes pode acontecer de regredir, o Espectro Autista pode sim
79 mudar com o tempo e com as devidas terapias corretas. Alcione Encerra sua
80 participação se coloca a disposição e diz que aguarda a comissão deste Conselho que
81 deverá se reunir para elaborar a Resolução Normativa para trazer a plenária para

Cipriano

Amadeu



Marcia P. A.
AF



CONSELHO MUNICIPAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA – COMDEFI

Lei Municipal de nº 1.043/2003 e Lei Municipal de nº 1.892/2010

aprovação e posterior publicação. A Presidente do Conselho agradece a apresentação da Senhora Alcione e cobra a comissão que se reúna o mais breve possível para que na próxima reunião se possível já consigamos aprovar esta Resolução que trará muita clareza e publicidade ao Fluxo de Atendimento. Dando continuidade a Pauta da reunião é falado sobre A Delegada Eleita na 4ª Conferencia Municipal de Direitos da Pessoa com Deficiência de Caraguatatuba realizada em outubro de 2023, a presidente pede ao Secretário Executivo faz a leitura na integra do Parecer Jurídico do Procurador Municipal Doutor Danilo Silva referente a participação da senhora Ariane Proença como representante de Caraguatatuba na Conferencia Estadual em São Paulo dia 11 de Março. Assim, muito embora a Lei Municipal nº. 1.043/2003 e alterações posteriores não disponha de regra que trate, expressamente, sobre a matéria e considerando a posição da Organização da Conferencia Estadual, recomendo, por cautela, que a Sra. Ariane Proença não participe do referido evento como representante da sociedade civil, indicando-se, pra tal fim, o próximo candidato mais votado na Conferencia Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência como representante da sociedade civil na Conferência Estadual. Mesmo porque, como a própria Sra. Ariane Proença informou, ela já está respondendo administrativamente perante o CMDCA e o Ministério Público em razão de sua participação na CONAE 2024, ocorrida em janeiro/2024 em Brasília/DF, no qual compareceu como representante da sociedade civil. Sobre a participação da Sra. Ariane Proença na Conferência Estadual como representante do Poder Público Municipal, deverá ser avaliada sua viabilidade pelo gestor municipal. Por fim, recomendo que o COMDEFI delibere sobre o assunto, com posterior comunicação à Organização da Conferencia Estadual. A Presidente fala que também foi alertada no dia, mas não havia como impedir ela de se candidatar, pois poderíamos ser acusados de cercear o direito da pessoa. A Presidente Considerando o Parecer Jurídico do Procurador Municipal Doutor Danilo Silva coloca em votação a deliberação desta plenária sobre a alteração da representação de delegada que representará Caraguatatuba na Conferencia Estadual. Colocado em votação foi aprovada por unanimidade a recomendação do Parecer Jurídico. A Presidente solicita que com urgência entre em contato com a Representante do Poder Público mais votada na 4ª Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência realizada em outubro de 2024 e registrado no Relatório Geral da Conferencia enviado ao Governo do Estado. O Secretário Executivo informa que a representante do Poder Público mais votada foi a senhora Silvia Tereza Girioli da Silva, Assistente Social do CRAS Norte e Mãe de pessoa com deficiência. A Presidente fala que acredita que a senhora Silvia trabalhadora do CRAS será uma boa representante. A Presidente solicita também ao Secretário Executivo que informe a senhora Ariane Proença sobre a decisão plenária deste Conselho junto com o parecer jurídico e também entre em contato com a Organização da Conferencia Estadual para verificar se ainda há tempo hábil para alterar a nossa representação. Dando continuidade a Pauta necessidade da composição da Comissão de Fiscalização apresentada na reunião anterior pelos Conselheiros Marta, Ruben e Marcella. Colocado a disposição ficou

Efmona 01.55

Luiz Sales



CONSELHO MUNICIPAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA – COMDEFI

Lei Municipal de nº 1.043/2003 e Lei Municipal de nº 1.892/2010

124 composta da seguinte forma: Ruben, Marta, Marcinha, Marcella e Cilmar. Encerrando
125 a Reunião a Conselheira Priscila disse estar confusa sobre as reuniões, ela havia
126 entendido que seria uma presencial e uma online, e agora estão todas presenciais e so
127 as extraordinárias online, desta maneira solicita que seja votada novamente na
128 próxima reunião ordinária sobre o essa forma de realizar as reuniões pois acredita que
129 intercalada seria melhor para todos. Nada Mais a ser tratado eu Lucas Fernando Perez
130 de Carvalho Pinto lavro esta Ata que vai por mim assinada e pelos demais presentes.

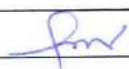
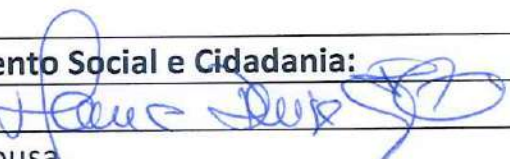
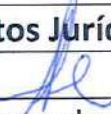
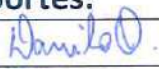
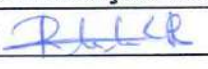
Quarantão
Priscila P.O.
Lucas
Marcella
Marta
Marcinha
Ruben

CONSELHO MUNICIPAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA – COMDEFI

Lei Municipal de nº 1.043/2003 e Lei Municipal de nº 1.892/2010

LISTA DE PRESENÇA

ATA Nº 159 DE 28 DE FEVEREIRO DE 2024

PODER PÚBLICO	
Secretaria Municipal de Educação:	
Titular: Fabiana Miranda Matos	
Suplente: Márcia Cristina de Souza	
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania:	
Titular: Márcia Denise Gusmão Coelho	
Suplente: Ruth Teixeira Jeronimo de Sousa	
Secretaria Municipal de Saúde:	
Titular: Paulo Malta de Carvalho Filho	
Suplente: Cecília Oliveira Alves Piauí	
Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos:	
Titular: Luciana Moura da Silva	
Suplente: Valéria Regina Rodrigues de Lima	
Secretaria Municipal de Urbanismo:	
Titular: Alexandre Barroqueiro de Carvalho	
Suplente: Valdineia Dias Roque dos Santos de Jesus	
Secretaria Municipal de Esportes:	
Titular: Danilo de Oliveira	
Suplente: Marcio Antonio do Prado	
Secretaria Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência e do Idoso:	
Titular: Priscila Moraes Lopes	
Suplente: Gabriel Marconi Borges da Costa	
Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana e Proteção ao Cidadão:	
Titular: Roxane Maria Moreira de Lima Rocha	
Suplente: Juliana Cunha de Carvalho	

CONSELHO MUNICIPAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA – COMDEFI

Lei Municipal de nº 1.043/2003 e Lei Municipal de nº 1.892/2010

LISTA DE PRESENÇA

ATA Nº 159 DE 28 DE FEVEREIRO DE 2024

SOCIEDADE CIVIL	
ACALENTO - Associação de Apoio ao Desenvolvimento Humano	
Titular: Zenaide de Souza bicudo Vernizzi	<i>Zenaide de Souza bicudo Vernizzi</i>
Suplente: Silvana Cordeiro de Jesus	
APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Caraguatatuba:	
Titular: Fabrício Vosso Dias	<i>Fabrício Vosso Dias</i>
Suplente: Graziela Macedo Ribeiro	<i>Graziela Macedo Ribeiro</i>
CASA BEIJA FLOR - Casa da Criança de Caraguatatuba:	
Titular: Mécia Policarpo Quirino	<i>Mécia P. Q.</i>
Suplente: Luna Sales	<i>Luna Sales</i>
Pessoas físicas com deficiência	
Titular: Odir De Almeida Veiga	<i>Justificou</i>
Suplente: Amanda Bruna Barros da Costa	
Titular: Ruben Dario Garcia Rodrigues	<i>Ruben Dario Garcia Rodrigues</i>
Suplente: VAGO	
Pessoas físicas sem deficiência:	
Titular: Marcella de Cássia Jorge Lopes	<i>Justificou</i>
Suplente: Isabela Ribeiro de Carli Bento	
Titular: Cilmara Oliveira dos Santos	<i>Cilmara O. S.</i>
Suplente: Maria Jose Dantas Martins	
Titular: Marta Borges da Silva Santos	<i>Justificou</i>
Suplente: Steven Patick dos Santos	



CONSELHO MUNICIPAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA – COMDEFI

Lei Municipal de nº 1.043/2003 e Lei Municipal de nº 1.892/2010

ATA COMDEFI N 160 DE 27 DE MARÇO DE 2024

Aos vinte e sete dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e quatro, as nove horas e quarenta e cinco minutos, na Sala de Reunião do Conselho, na Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência e do idoso, teve início a reunião ordinária do Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência de Caraguatatuba com a Presença dos seguintes representantes do Poder Público Municipal: Márcia Cristina de Souza, Paulo Malta de Carvalho Filho, Luciana Moura da Silva, Danilo de Oliveira, Priscila Moraes Lopes e Roxane Maria Moreira de Lima Rocha. Representantes da Sociedade Civil: Zenaide Bicudo Vernizzi, Odir de Almeida Veiga, Marcella de Cassia Jorge Lopes, Cilmara Oliveira dos Santos e Maria Jose Dantas Martins. A reunião tem início com a Presidente, Dra Roxane Maria Moreira de Lima Rocha dando as boas vindas aos presentes. A Presidente começa a reunião falando que no ultimo dia vinte de março se reuniu com representantes da Comissão Organizadora da Conferencia Municipal para falar sobre as situações confusas que ocorram referente a Conferência Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência, participaram da reunião as Conselheiras Cilmara e Marcela representando a Comissão Organizadora da Conferencia Municipal, a Conselheira Priscila representante da SEPEDI e o Secretário Executivo. O Primeiro ponto esclarecido foi o porquê as propostas obtidas na Conferencia Municipal da Pessoa com Deficiência de Caraguatatuba não estavam presentes na Conferência Estadual. Na Reunião o Secretário Executivo mostrou os emails enviados de maneira indicada no material orientador fornecido pela Comissão Organizadora da Conferencia Estadual. O Secretário apresenta o arquivo PDF do email enviado no dia 16 de novembro as oito horas e cinquenta e dois minutos no endereço de email conferenciaestadualpcd@sp.fov.br e no do SDPD - Ceapcd, com copia à Dra. Roxane e ao Secretário da SEPEDI, senhor Amauri. O Secretário exhibe ainda print do grupo de Whatsapp da Comissão de Organização da Conferencia Municipal onde diz "bom dia, comprovante de envio ao Conselho Estadual dos nossos documentos, o prazo é até amanhã, enviei hoje no primeiro horário caso tenhamos que reajustar algo ainda temos tempo." O Secretário demonstra que neste email continha o Relatório Geral da Conferencia Municipal com os dados detalhados, anexo lista de propostas separadas por Eixos como pede no material orientador e mais um anexo com os dados dos delegados. O Secretário afirma que não houve confirmação de recebimento e que no dia 25 de janeiro mandou outro email confirmando. Em momento algum recebeu notificação de qualquer forma informando que as propostas estavam em formato

Emanuel St.

*Luciana
Moura*



CONSELHO MUNICIPAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA – COMDEFI

Lei Municipal de nº 1.043/2003 e Lei Municipal de nº 1.892/2010

36 inadequado. O secretário fala que conversou diversas vezes por email e por whatsapp
37 com representantes da Comissão organizadora e nenhum momento deveram alguma
38 devolutiva sobre a situação das propostas. O Secretário Executivo ficou sabendo do
39 ocorrido durante seu período de férias via grupo de whatsapp, informou que estava
40 fora do Brasil e não tinha acesso aos documentos e emails do Conselho, mas que assim
41 que retornasse enviaria email a comissão estadual solicitando informações. A
42 Comissão estadual respondeu simplesmente que as propostas não estavam de acordo
43 com o solicitado no material orientador. A Comissão Municipal verificou o que foi
44 enviado e o que foi solicitado no material orientador e não concorda com a resposta
45 obtida da Comissão Estadual e solicita que o Conselho Estadual se retrate. Dando
46 Continuidade a Presidente fala sobre o Mandato de Segurança com Liminar expedida
47 dia 8 de Março, sexta feira, em caráter de urgência - Plantão Imediato, impetrado a
48 Presidência deste Conselho onde assegura a participação da senhora Ariane Proença
49 Souza como representante da sociedade Civil na Conferencia Estadual da pessoa com
50 Deficiencia, assinada pelo Dr. Ayrtton Vidolin Marques Junior Juiz da 1ª Vara. Processo
51 nº 1502061-27.2024.8.26.0126. A Presidente relata que recebeu ligação da SEPEDI
52 após o expediente informando sobre o Mandato de Segurança e que deveria ser
53 cumprido com urgência. A Presidente diante da situação solicitou a SEPEDI que
54 entrasse em contato com a Comissão Estadual para informar sobre a situação e
55 tomasse as providencias cabíveis, e que logo em seguida ligou para o Conselheiro
56 Ruben Dario Garcia Rodrigues, que até então era o representante da Sociedade Civil
57 inscrito e que iria participar da Conferencia Estadual, A presidente fala que informou o
58 Conselheiro por telefone, enviou o referido Mandato de Segurança no Whatsapp do
59 Conselheiro, para que ele também ficasse ciente e informou que ele não poderia ir
60 tendo em vista o numero de vagas disponibilizado pela organização da Conferencia
61 Estadual, mesmo diante dos fatos o Conselheiro Ruben Dario Garcia Rodrigues optou
62 por ir até São Paulo tentar sua participação. A Presidente destaca que o Mandato de
63 Segurança chegou na SEPEDI na sexta feira após o expediente de serviço, e a
64 Conferencia Estadual seria realizada na segunda feira de manhã, ou seja uma grande
65 confusão. A Presidente diante da postura do Conselheiro Ruben de querer ir mesmo
66 sabendo dos fatos comunicou a SEPEDI que é quem seria o responsável pelo
67 transporte. Na segunda feira pela manhã o Conselheiro Ruben Dario
68 Garcia não conseguiu participar da Conferência, o carro da SEPEDI esperou as
69 tentativas dele, para o trazer de volta para o Município. A Presidente relata ainda que
70 recebeu uma ligação da Comissão Estadual questionando o porque havíamos enviado
71 uma pessoa com deficiência até lá sendo que ele não estava mais apto a participar da
72 Conferência, A Presidente fala que não quis cercear a tentativa do Conselheiro. Mesmo

Apmanca P. S.

*Amadalo
marcelo*



CONSELHO MUNICIPAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA – COMDEFI

Lei Municipal de nº 1.043/2003 e Lei Municipal de nº 1.892/2010

73 o Conselheiro Ruben Dario Garcia Rodrigues tendo recebido a ligação na sexta feira
74 pela Presidente do COMDEFI, e recebido na Integra o Mandato de Segurança com
75 Liminar de cumprimento, realizou denuncia no CONADE em nome da Presidente deste
76 Conselho e também em nome do Secretário Executivo, senhor Lucas de Carvalho Pinto
77 que se encontrava de férias fora do país alegando constrangimento e humilhação por
78 não ter sido notificado oficialmente e ter ido até a porta da conferencia e não
79 conseguido participar. Em reunião com a Comissão Organizadora Municipal fica claro
80 aos presentes que a denúncia realizada pelo Conselheiro não tem fundamento algum
81 tendo em vista que primeiro: servidor em gozo de férias não é responsável por ação
82 muito menos fora de expediente em caráter de plantão. E em segundo lugar ele mente
83 quando diz que não foi notificado oficialmente, tendo em vista a ligação da Presidente
84 do conselho explicando toda situação e o encaminhamento do documento em seu
85 numero de celular particular cadastrado neste Conselho. O Conselheiro Ruben
86 solicitou reunião extraordinária pra tratar sobre este assunto porem a mesa diretora
87 não notou urgência de deliberação sobre este assunto e manteve a reunião nesta data.
88 A Comissão Organizadora Municipal solicita que seja enviado Oficio ao responsável
89 pelo Conselho Tutelar questionando quem autorizou a participação da Senhora Ariane
90 como representante da Sociedade Civil sendo que atualmente ela tem vínculo com o
91 município no Cargo de Conselheira Tutelar, e quem autorizou sua participação, e se ela
92 continuará nas próximas etapas da Conferencia representando a Sociedade Civil. A
93 Presidente informa que o Conselheiro Ruben Dario não esta presente na reunião hoje
94 devido a negativa de transporte do CIAPI alegando que o carro está quebrado,
95 conforme email enviado e recebido por ele dia 25 de março segunda feira. Durante a
96 reunião o Conselheiro envia vídeo no grupo onde relata que esta sofrendo
97 discriminação pela Presidente do Conselho por não oferecer transporte. O Secretário
98 Executivo informa que o transporte não é de obrigação do Conselho, era feito através
99 de articulação com o CIAPI que tem o veiculo para uso exclusivo de seus usuários, que
100 nem o Conselho nem a SEPEDI possui carro adaptado. Informa ainda que varias outras
101 vezes foi possível a realização do transporte e infelizmente desta vez não foi possível,
102 mas reforça que o serviço de Conselheiro conforme Edital de inscrição é bem claro
103 que não oferece nenhum tipo de remuneração, vale alimentação, vale transporte ou
104 algo do tipo, é um trabalho voluntário. Dando Continuidade a pauta é colocada a
105 questão da intercalação das reuniões ordinárias entre presencial e reunião online.
106 Colocado em votação é aprovada a intercalação das Reuniões Ordinárias entre
107 presencial e online, e que as extraordinárias serão somente online. Dando
108 continuidade a Presidente passa a palavra para Conselheira Priscila falar sobre o
109 projeto de alteração da Lei do Fundo Municipal para que o dinheiro arrecadado pelo

Carolina P.S.

Lucas de Carvalho Pinto
morello sam

maia P.O.
Ribeiro
[assinatura]



CONSELHO MUNICIPAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA – COMDEFI

Lei Municipal de nº 1.043/2003 e Lei Municipal de nº 1.892/2010

110 fundo através de multas fosse utilizado para políticas públicas da pessoa com
111 deficiência no Município e não somente para manutenção de calçadas como é hoje. A
112 Conselheira Priscila leu a minuta da alteração enviada pelo Dr. Danilo, e explicou que já
113 havia sido aprovada essa alteração em reunião ordinária e que apenas estava lendo a
114 minuta efetuada pelo procurador para abertura do Processo Administrativo e
115 encaminhamento ao executivo para publicação. Colocado em votação, somente a
116 Conselheira Cilmara votou contra a minuta. Devido ao horário é encerrada a reunião
117 convocada reunião extraordinária Online para tratar dos requerimentos dos
118 Conselheiros Ruben Dario Garcia Rodrigues. Nada Mais a ser tratado eu Lucas de
119 Carvalho Pinto, lavro esta Ata que vai por mim assinada e pelos demais presentes.

Cilmara Q. S.
marulho
Luciano

Rubem CR
maria P. A.
Lucia Dalles

Lucas Carvalho

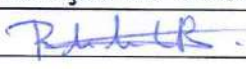
CONSELHO MUNICIPAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA – COMDEFI

Lei Municipal de nº 1.043/2003 e Lei Municipal de nº 1.892/2010

LISTA DE PRESENÇA

ATA Nº 200 DE 27 DE MARÇO DE 2024

160

PODER PÚBLICO	
Secretaria Municipal de Educação:	
Titular: Fabiana Miranda Matos	
Suplente: Márcia Cristina de Souza	
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania:	
Titular: Márcia Denise Gusmão Coelho	
Suplente: Ruth Teixeira Jeronimo de Sousa	
Secretaria Municipal de Saúde:	
Titular: Paulo Malta de Carvalho Filho	
Suplente: Cecília Oliveira Alves Piauí	
Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos:	
Titular: Luciana Moura da Silva	
Suplente: Valéria Regina Rodrigues de Lima	
Secretaria Municipal de Urbanismo:	
Titular: Alexandre Barroqueiro de Carvalho	
Suplente: Valdineia Dias Roque dos Santos de Jesus	
Secretaria Municipal de Esportes:	
Titular: Danilo de Oliveira	
Suplente: Marcio Antonio do Prado	
Secretaria Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência e do Idoso:	
Titular: Priscila Moraes Lopes	
Suplente: Gabriel Marconi Borges da Costa	
Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana e Proteção ao Cidadão:	
Titular: Roxane Maria Moreira de Lima Rocha	
Suplente: Juliana Cunha de Carvalho	

ATA Nº 160 - Lucas

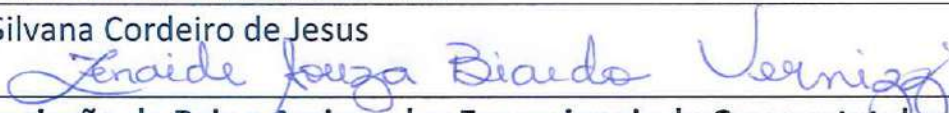
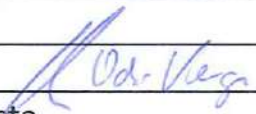
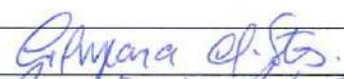
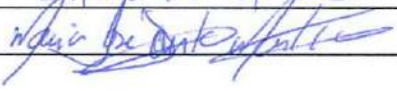
CONSELHO MUNICIPAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA – COMDEFI

Lei Municipal de nº 1.043/2003 e Lei Municipal de nº 1.892/2010

LISTA DE PRESENÇA

ATA Nº 200 DE 27 DE MARÇO DE 2024

160

SOCIEDADE CIVIL	
ACALENTO - Associação de Apoio ao Desenvolvimento Humano	
Titular: Zenaide de Souza bicudo Vernizzi	
Suplente: Silvana Cordeiro de Jesus	
	
APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Caraguatatuba:	
Titular: Fabrício Vosso Dias	
Suplente: Graziela Macedo Ribeiro	
CASA BEIJA FLOR - Casa da Criança de Caraguatatuba:	
Titular: Mécia Policarpo Quirino	
Suplente: Luna Sales	
Pessoas físicas com deficiência	
Titular: Odir De Almeida Veiga	
Suplente: Amanda Bruna Barros da Costa	
	
Titular: Ruben Dario Garcia Rodrigues	
Suplente: VAGO	
Pessoas físicas sem deficiência:	
Titular: Marcella de Cássia Jorge Lopes	
Suplente: Isabela Ribeiro de Carli Bento	
	
Titular: Cilmaria Oliveira dos Santos	
Suplente: Maria Jose Dantas Martins	
 	
Titular: Marta Borges da Silva Santos	
Suplente: Steven Patick dos Santos	



CONSELHO MUNICIPAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA – COMDEFI

Lei Municipal de nº 1.043/2003 e Lei Municipal de nº 1.892/2010

ATA COMDEFI N 161 DE 10 DE ABRIL DE 2024

Aos dez dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e quatro, as nove horas e trinta minutos, via online, teve início a reunião do Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência de Caraguatatuba, com a presença dos seguintes representantes do Poder Público Municipal: Ruth Teixeira Jerônimo de Sousa; Paulo Malta de Carvalho Filho; Luciana Moura da Silva; Danilo de Oliveira; Priscila Moraes Lopes e Roxane Maria Moreira de Lima Rocha. Representantes da Sociedade Civil : Fabricio Vosso dias; Mécia Policarpo Quirino; Luna Sales; Amanda Bruna Barros da Costa e Cilmara Oliveira dos Santos. A Presidente do Conselho, Doutora Roxane Moreira de Lima Rocha da boas vindas aos Conselheiros presentes, e começa dando os avisos, a Presidente informa que Conselheira Ruth apresentou carta solicitando seu desligamento da Comissão de Ética e Inscrição de Entidades justificando não conhecimento total para atuar na função e pede para o Secretário Executivo que faça a leitura integral da carta. A presidente fala sobre a Solicitação de afastamento da Conselheira Marta Borges devido a sua Pré candidatura para vereadora no Pleito Eleitoral deste ano e pede que o Secretário Executivo faça a leitura integral da solicitação. A Presidente fala que com o afastamento da Marta e a solicitação de desligamento das comissões da Ruth se faz necessário a recomposição das comissões, solicitando que esteja na pauta para próxima reunião. O Conselheiro Paulo questiona sobre a solicitação de afastamento da Conselheira Marta, diz que acredita que o período correto é somente três meses antes da Eleição. A Presidente pede ao Secretário Executivo que solicite um parecer jurídico para esclarecer o período correto e para que ninguém tenha prejuízos. A Conselheira Cilmara questiona qual seguimento da Conselheira Ruth representa. O Secretário Executivo informa que ela é conselheira suplente da Secretaria Municipal de Assistência social, sendo assim do Poder Público e que zelando pela paridade o ideal seria que a substituição fosse por um representante do poder público. A Presidente fala sobre a Comissão do Plano de Ação, solicita que apresentem um cronograma básico para guiar as ações extra reuniões que já são definidas pelo calendário anual. A Conselheira Cilmara fala que já entrou em contato com o Secretário Executivo que enviou cronogramas de eventos dos Anos Anteriores da SEPEDI para que possa ser estudado as possíveis ações para realizar ainda este ano. O Secretário Executivo fala que é necessário que a Comissão se reúna num primeiro momento para elencar



CONSELHO MUNICIPAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA – COMDEFI

Lei Municipal de nº 1.043/2003 e Lei Municipal de nº 1.892/2010

35 tópicos que acredita ser importante e num segundo momento se reunir junto com a
36 equipe técnica da SEPEDI para ver de que forma viabilizar essas ações. O Secretário
37 Executivo cita, por exemplo, o Projeto “SETEMBRO VERDE” Mês de inclusão das
38 Pessoas com Deficiência, marcado pelo dia 21 de setembro dia da Luta da pessoa com
39 deficiência, onde podemos organizar palestra de abertura convidando a OAB para falar
40 sobre a Lei brasileira de Inclusão e a Diretora da SEPEDI falar sobre o Fluxo de
41 Atendimento a Pessoa com Deficiência, recentemente aprovado neste Conselho, mas
42 que seria bom para dar mais visibilidade entendimento e clareza a rede de
43 atendimento e entidades sociais. O Secretário Executivo sugere ainda que em
44 continuidade ao Setembro Verde seja realizado palestras nos CRAS, CREAS e algumas
45 UBS's estratégicas falando sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, derrubando
46 barreiras, capacitismo e aproveitar o Programa Emprego Inclusivo e levar a Marlene
47 junto nesses equipamentos para divulgar a empregabilidade como importante ação de
48 inclusão. Cilmara solicita reunião da comissão para próxima quinta feira às 14h. A
49 Presidente solicita que o suplente da Conselheira Marta Borges seja avisado do
50 afastamento para que ele compareça as reuniões. Próxima Pauta se trata da Criação da
51 Comissão Eleitoral para vaga remanescente de Conselheiro Suplente representante da
52 Sociedade Civil seguimento “Pessoa física com Deficiência”. A vaga esta aberta desde
53 a ultima eleição onde não houve candidatos suficientes faz necessário pelo menos
54 quatro pessoas, paritariamente, para elaboração do edital, analisar os documentos,
55 organizar o pleito eleitoral, e a contagem dos votos. O Secretário Executivo Informa
56 que geralmente baseado em experiências anteriores este processo eleitoral leva em
57 torno de 3 meses. Colado a disposição a Comissão Eleitoral de caráter temporário fica
58 formada da seguinte forma: Poder Público: Marcianha e Roxane. Sociedade Civil :
59 Cilmara e Fabricio. A presidente solicita reunião da comissão para próxima quinta feira
60 às 15h na sala do Conselho. Dando Continuidade a Pauta é colocado em pauta os
61 requerimentos do Conselheiro Ruben Dario Garcia Rodrigues. Requerimento nº 01 -
62 Fiscalização mediante agendamento prévio no local que está instalado o projeto da
63 entidade parceira da prefeitura de Caraguatatuba ACALENTO Contratada para
64 prestação de serviços de equoterapia e hidroterapia visando apurar indícios de
65 irregularidades que oferecem risco de dano ao erário público e a má qualidade dos
66 serviços prestados às pessoas com deficiência do município de Caraguatatuba. A
67 presidente solicita que a Comissão de Normas e Registros faça visita a entidade,
68 agende horário com o representante legal para que os receba e forneça os
69 esclarecimentos necessários. O Conselheiro Ruben justifica a solicitação devido a
70 denúncias recebidas das mães das crianças atendidas. O Conselheiro questiona ainda
71 sobre o acompanhamento da prestação de serviços da entidade pela SEPEDI e fala que



CONSELHO MUNICIPAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA – COMDEFI

Lei Municipal de nº 1.043/2003 e Lei Municipal de nº 1.892/2010

72 não temos acesso a estes relatórios de avaliação e diz que é importante para
73 transparência. Dando Continuidade o Secretário Executivo faz a leitura da Denúncia
74 realizada em 15 de março pelo Conselheiro Ruben Dario Garcia ao CONADE, assunto:
75 Discriminação humilhação e constrangimento de pessoa de cadeira de rodas no
76 credenciamento da Conferencia Estadual da Pessoa com Deficiência. O conselheiro
77 Ruben Dario Garcia denuncia a Presidente e o Secretario Executivo deste Conselho por
78 não notificá-lo oficialmente sobre a sua substituição como representante na
79 Conferencia Estadual causando sua ida até o evento, e no ato do credenciamento ser
80 barrado e impedido de entrar. A Presidente esclarece que o mandado de segurança
81 chegou sexta feira após o expediente na SEPEDI, o Secretário Executivo estava de
82 férias neste período, e que a SEPEDI ao saber ligou para a Presidente que então ligou
83 para o Conselheiro Ruben informando do mandado de segurança urgente e enviou o
84 documento em seu aplicativo de mensagens, o Conselheiro optou por ir mesmo assim.
85 Dando continuidade a presidente solicita que tal denuncia seja encaminhada a
86 comissão de Ética. O Secretário Executivo questiona se o Conselheiro quer se
87 manifestar sobre a sua denuncia. O Conselheiro questiona se ele não tem 10 dias para
88 se manifestar. O Secretário Executivo informa que esse prazo de dez dias é para a
89 denúncia que o Secretário Executivo fez contra o Conselheiro Ruben por ter
90 denunciado e responsabilizado o servidor publico em pleno gozo de férias, direito
91 adquirido. O Conselheiro entende, e diz que esta denuncia que ele fez se trata de não
92 ter recebido um documento oficial informando sobre a substituição. A Presidente fala
93 que no ato que ficou sabendo do mandado de segurança de caráter urgente recebido
94 na SEPEDI não há o que se fazer a não ser obedecer a Justiça, desta maneira solicitou a
95 SEPEDI que entrasse em contato com a senhora Ariane para prover o transporte e em
96 contato com Conferencia Estadual para informar sobre a alteração de ultima hora em
97 plena sexta feira pós expediente, levando em consideração que o evento seria na
98 segunda feira às 8h da manha na cidade de São Paulo, então foram movidos grandes
99 esforços para que a decisão judicial fosse obedecida. A Presidente informa ainda que
100 ligou para o Conselheiro no número de telefone fornecido no cadastro oficial de
101 inscrição do Conselheiro, falou com ele por vários minutos explicando a complexidade
102 da situação e conforme solicitado pelo Conselheiro enviou o arquivo em PDF para o
103 aplicativo de mensagens do Conselheiro para que ele pudesse ler a determinação do
104 Juiz na integra, e mesmo após a conversa e a conferência do documento ele optou por
105 ir até a cidade de São Paulo. Dando continuidade nos requerimentos do Conselheiro
106 Ruben, o Secretário Executivo faz a leitura integral dos questionamentos sobre o
107 programa praia acessível, após a leitura das dezessete questões o Conselheiro Ruben
108 Dario fala que já recebeu a resposta da Secretaria de Esportes e elaborou uma



CONSELHO MUNICIPAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA – COMDEFI

Lei Municipal de nº 1.043/2003 e Lei Municipal de nº 1.892/2010

109 proposta de melhoria de projeto e já enviou para a Secretaria de Esporte. Dando
110 Continuidade o Secretário Executivo fala sobre mais requerimentos do Conselheiro
111 Ruben, dessa vez, sobre o serviço da Secretaria Executiva do Conselho, o Secretario
112 Informa que o as funções da Secretaria Executiva estão descritas no Regimento Interno
113 deste Conselho. Adiante questionado sobre o porque as Atas do Conselho não estarem
114 disponíveis no site da Prefeitura ainda, o Secretário Executivo informa que as Atas so
115 são disponibilizadas no site após a leitura em reunião plenária e assinada pelos
116 Conselheiros. Questionado sobre o Relatório de Atividades do Conselho o Secretário
117 Executivo fala que houve uma falha mesmo, pois é previsto no regimento interno a
118 realização anual de um relatório de atividades, mas que desde que entrou não se
119 atentou a isso nem foi devidamente instruído, mas que de agora em diante irá fazer
120 este relatório. Dando Continuidade é feito leitura do Requerimento Assunto: acesso ao
121 relatório conclusivo DECRETO Nº 1.787, DE 04 DE ABRIL DE 2023 e DECRETO Nº 1.883,
122 DE 05 DE OUTUBRO DE 2023 firmado entre o Município de Caraguatatuba e a
123 Organização Social Associação de Apoio ao Desenvolvimento Humano Acalento, à qual
124 compete acompanhar, analisar e avaliar, quadrimestralmente, os resultados atingidos
125 com a execução do contrato de gestão e emitir relatório conclusivo, a ser
126 encaminhado ao titular da Secretaria Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência
127 e do Idoso. O Conselheiro fala que a Marcinha esta representando o Conselho nesta
128 comissão de avaliação, e pede que ela traga mais informações sobre essa avaliação
129 deste Contrato ao Conselho. Próximo Requerimento: Assunto: informações da SEPEDI
130 sobre o evento festa de carnaval ano 2024, realizado no CIAPI no dia 07/02/2024. O
131 Secretário Executivo faz leitura integral das nove questões do requerimento. A
132 presidente solicita que seja enviado a SEPEDI para que seja respondido junto com
133 Acalento. Dando Continuidade, próximo requerimento do Conselheiro Ruben, Assunto:
134 apresentar a proposta do plano de aplicação dos recursos 2024. A Presidente solicita
135 que seja enviado solicitação a secretaria para apresentação e esclarecimento sobre o
136 Plano de Aplicação Financeira. Continuando a leitura dos Requerimentos: Assunto:
137 caso Sr. Eduardo Luiz da Silva apresentado a SEPEDI, Sr. Eduardo Luiz da Silva
138 apresentado a SEPEDI que Registrou o recebimento e encaminhou para avaliação da
139 equipe técnica e análise de risco. O Secretário Executivo informa que por privacidade a
140 Secretaria não da retorno das denuncias e demandas dos usuários, a não ser aos
141 parentes responsáveis. O Conselheiro comenta que o caso desse senhor, é uma pessoa
142 com deficiência e esta na instituição luz do caminho, porem ele já excedeu o período
143 de internação e não tem pra onde ir e não tem uma solução para encaminhamento.
144 Ultimo requerimento: Assunto: Sugestão de Projeto de lei: "INSTITUI O PROGRAMA
145 PRAIA ACESSIVEL NO MUNICÍPIO DE CARAGUATATUBA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."



CONSELHO MUNICIPAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA – COMDEFI

Lei Municipal de nº 1.043/2003 e Lei Municipal de nº 1.892/2010

O Conselheiro Ruben fala que em Caraguatatuba não existe projeto de lei que garanta a praia acessível que já acontece a muitos anos, é muito um projeto muito importante, e a idéia aqui é assegurar a continuidade do projeto. A Presidente encaminha o projeto de lei da Praia acessível para Comissão interna de assuntos jurídicos para posteriormente enviar para o jurídico e depois de aprovada ser enviado como proposta ao Poder Executivo. Encerrando ultimo requerimento do Conselheiro ruben: **Assunto:** Fiscalização mediante agendamento prévio no local que está instalado o projeto ILP da prefeitura de Caraguatatuba. Entidade parceira: ADEV – Associação Amigos em Defesa da Vida por meio de CONTRATO DE GESTÃO CONTRATO Nº 145/2023 CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 03/2022 PROCESSO INTERNO Nº 125/2022 PROCESSO DE COMPRA Nº 3162/2022 que tem como objeto a OPERACIONALIZAÇÃO, GERENCIAMENTO E EXECUÇÃO DE AÇÕES E SERVIÇOS DE INSTITUIÇÃO DE LONGA PERMANÊNCIA PARA IDOSOS E PESSOAS COM DEFICIÊNCIA REDE ASSISTENCIAL DO MUNICÍPIO, visando apurar indícios de irregularidades que oferecem risco de danos ao erário público e a má qualidade dos serviços prestados às pessoas com deficiência do município de Caraguatatuba. O Conselheiro justifica a solicitação, referente a um vídeo nas redes sociais do Eduardo Campos, fazendo vários apontamentos e a cuidadora que saiu de lá, e disse que os agentes não recebem a insalubridades, e tem outras questões sobre instalação o operações do equipamento. A Presidente encaminha este questionamentos a Comissão de Inscrição e Normas para agendar visita na entidade com horário marcado e de preferência com a diretora da SEPEDI para que todas as dúvidas sejam esclarecidas. A Conselheira Cilmar questiona ao Secretário Executivo sobre a um email da Denny do Massaguaçu o Secretário fala que recebeu o email e respondeu. A Presidente solicita que seja feito Ofício para convidar o Secretário Municipal de Esporte par vir ao Conselho falar sobre a Praia Acessível, e também a SEPEDI para falar sobre o Fundo Municipal da Pessoa com Deficiencia e o Plano de Aplicação Financeira. A Presidente solicita que antes de todos os Conselheiros saírem enviando questionamentos e requerimentos para diversos órgãos em nome do Conselho e Comissão, deve ser enviado ao Conselho, e passar por parecer jurídico e ser bem embasado e justificado para não criar conversa cruzada, desta maneira fortalecendo a credibilidade do COMDEFI. Nada mais a ser tratado eu Lucas Fernando Perez de Carvalho Pinto Lavro esta Ata que vai por mim assinada e pelos demais presentes.

Ruth Teixeira Jerônimo de Sousa;

Paulo Malta de Carvalho Filho;

Luciana Moura da Silva;

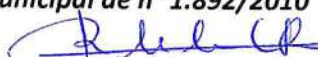
Danilo de Oliveira;



CONSELHO MUNICIPAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA – COMDEFI

Lei Municipal de nº 1.043/2003 e Lei Municipal de nº 1.892/2010

181 Priscila Moraes Lopes 


Roxane Maria Moreira de Lima Rocha

182 Fabricio Vosso dias;

Mécia Policarpo Quirino;

183 Luna Sales;

Amanda Bruna Barros da Costa

184 Cilmara Oliveira dos Santos.





CONSELHO MUNICIPAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA – COMDEFI

Lei Municipal de nº 1.043/2003 e Lei Municipal de nº 1.892/2010

ATA COMDEFI N 162 DE 08 DE MAIO DE 2024

Aos oito dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e quatro, as nove horas e trinta minutos, na Sala de Reuniões deste Conselho, teve início a reunião ordinária do Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência de Caraguatatuba. Com a Presença dos seguintes representantes do Poder Público Municipal: Fabiana Miranda Matos; Ruth Teixeira Jeronimo de Souza; Paulo Malta de Carvalho Filho; Luciana Moura da Silva; Priscila Moraes Lopes; Danilo de Oliveira e Roxane Maria Moreira de Lima Rocha. Representantes da Sociedade Civil: Zenaide de Souza Bicudo Vernizzi; Mécia Policarpo Quirino; Luna Sales; Marcella de Cássia Jorge Lopes e Cilmara de Oliveira Santos. A Presidente Doutora Roxane Maria Moreira de Lima Rocha dá boas vindas aos Conselheiros diz ser um prazer realizar a reunião presencial pois acredita que é melhor para o desenvolvimento dos assuntos. Abrindo a reunião a Presidente solicita ao Secretário Executivo que faça a leitura das Atas Nº 157, 158, 159 E 160 para aprovação e coleta de assinaturas. O Secretário Executivo faz a leitura das quatro atas em sequência e passa para colher assinaturas. Dando Continuidade a Presidente fala que após o requerimento do Conselheiro Ruben Dario Garcia lido na ultima reunião, enviou ofício a Secretaria Municipal de Esportes solicitando que viessem ao Conselho explicar melhor sobre o programa PRAIA ACESSIVEL, a Presidente fala que prontamente foi atendida e hoje aqui temos o senhor EDVALDO ORMINDO DA SILVA, Secretário Municipal de Esportes que veio em pessoa dar essa atenção. Senhor Edvaldo se apresenta, diz que sempre uma satisfação falar sobre sua Secretaria e principalmente sobre o projeto Praia Acessível, que são grandes motivos de orgulho. Edvaldo fala que é graduado em Educação Física e pós graduado em atividades com pessoas com deficiências, trouxe junto a Coordenadora Rose, para ajudar a falar sobre as atividades da Secretaria. Edvaldo fala que a secretaria tem frentes importantes como o a parte do Esporte Social que atende a população em situação de vulnerabilidade social, o Esporte Adaptado que atende as pessoas com Deficiência e o Esporte de Alto Rendimento que participa de competições estaduais, nacionais e até internacionais, e hoje diz que há 16 pessoas na equipe de alto rendimento que participam de diversos campeonatos. Edvaldo fala que o Centro Esportivo é um motivo de orgulho para Caraguatatuba, tem recebido muito investimento e ampliações, tem 43 tipos de modalidades esportivas acontecendo ali, só de times de futebol tem 730 times



CONSELHO MUNICIPAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA – COMDEFI

Lei Municipal de nº 1.043/2003 e Lei Municipal de nº 1.892/2010

35 registrados. Edvaldo fala que hoje são 85 Professores que em escalam trabalham de
36 domingo a domingo levando esporte em todas as áreas do município através de uma
37 parceria com a Secretaria Municipal de Educação onde são disponibilizadas as quadras
38 esportivas das escolas em áreas estratégicas descentralizando o atendimento e
39 chegando nas pontas. Edvaldo fala que em parceria com a Secretaria Municipal de
40 Assistência Social é feito parceria para realização de recreação em núcleos estratégicos
41 e afastados para também levar o esporte até a população. Edvaldo relata que
42 anteriormente a pandemia de COVID 19 foi iniciado uma prospecção e planejamento
43 de programas voltados a pessoa com deficiência, porem tudo foi paralisado por dois
44 anos e na retomada foi um grande esforço colocar tudo de volta no lugar, inclusive
45 relata a grande dificuldade encontrar mão de obra para lidar em projetos com pessoas
46 com deficiência, não é fácil, a rotatividade é muito alta, é uma situação complexa onde
47 os professores tem que ser aceito pelos alunos, e cada um tem suas especificidades e
48 particularidades, reforça que não tem sido fácil. A Conselheira Marcella fala que seu
49 filho fazia atividades na piscina com as professoras Juliana e Natalia, Marcella fala que
50 elas eram muito despreparadas de comunicação difícil e não colaboravam, Marcella
51 relata que só foi ouvida pelo Professor Tiago que aconselhou ela a levar seu filho pra
52 hidroterapia da Acalento, Marcella se emociona ao lembrar esse período, mas
53 agradece pelo Professor Tiago ter ouvido e orientado ela para que seu filho tivesse um
54 atendimento melhor e mais adequado. Marcela relata que seu filho possui uma válvula
55 na cabeça que causa fortes dores de cabeça e em um dia específico não deu de ir pra
56 aula, e ao justificar a falta para Professora Natalia, a mesma respondeu que ela vai dar
57 aula mesmo com dor de cabeça. Edvaldo fala que o Professor Tiago é um ser humano
58 fora do comum, um excelente profissional. Edvaldo pede desculpas pelo episódio e
59 pela falta de preparo da professora, reforça que a Secretaria está de portas abertas a
60 esses relatos pois é necessário criar boas soluções para essas situações com bom
61 diálogo. Dando continuidade Edvaldo fala sobre o projeto Nova Onda que tem um foco
62 no Social, os professores foram contratados através de processo seletivo específico
63 para as áreas designadas. O Programa Praia Acessível foi uma iniciativa do Governo do
64 Estado em 2017 e depois de ter feito tanto sucesso passou para responsabilidade do
65 Município que entendeu a importância desse projeto social e resolver dar
66 continuidade e na região apenas Caraguatatuba ainda executa esse projeto nos dias de
67 hoje. O Projeto conta com 4 professores que trabalham desde deficiências como
68 também mobilidade reduzida e ate autistas. Edvaldo fala que o Projeto Praia Acessível
69 é muito emocionante que regularmente recebemos caravanas de pessoas com
70 deficiência de outros municípios, pessoas que nunca viram o mar e ainda mais com as
71 barreiras acessíveis, mas aqui em Caraguatatuba é possível para elas. Edvaldo diz que é

Edvaldo *Marcella*



CONSELHO MUNICIPAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA – COMDEFI

Lei Municipal de nº 1.043/2003 e Lei Municipal de nº 1.892/2010

72 tão gratificante, para nós é algo tão comum e para eles é um grande momento
73 inesquecível que muitos choram na chegada e na partida e que sempre é um momento
74 emocionante que mexe com a equipe. Edvaldo fala que hoje não consegue ampliar
75 para outras praias devido a equipe e dificuldade de encontrar mão de obra
76 especializada, e tem a questão da estrutura que tem hoje lá com banheiros adaptados
77 e acessíveis. O Projeto Praia Acessível funciona de quinta a domingo das 8h às 17h,
78 Edvaldo encerra sua apresentação convidando todos os conselheiros a irem
79 conhecerem o projeto. A Presidente agradece a vinda do Secretário Edvaldo ao
80 Conselho, agradece seu relato e diz que da pra ver na maneira como ele fala como ele
81 faz tudo com muito carinho e apreço, se coloca a disposição no que a Secretaria de
82 Esportes precisar, e deseja muito sucesso aos projetos. Encerrando a Conselheira
83 Marcela questiona se foi enviado ofício do Conselho ao órgão que realiza o projeto de
84 arborismo na praia do centro questionando se os servidores são especializados em
85 atendimento a pessoas com deficiências. A presidente fala que irá averiguar e caso não
86 tenha sido enviado, irá enviar para ter reposta na próxima reunião. A presidente
87 solicita a Comissão de Eleição que se reúna e traga já uma proposta de Edital para
88 próxima reunião. Nada mais a ser tratado eu Lucas Fernando Perez de Carvalho Pinto
89 lavro esta Ata que vai por mim assinada e pelos demais presentes.

90 Fabiana Miranda Matos;

Luciana Moura da Silva;

91 Teixeira Jeronimo de Souza;

Paulo Malta de Carvalho Filho

92 Priscila Moraes Lopes

Danilo de Oliveira

93 Roxane Maria Moreira de Lima Rocha.

Luna Sales;

94 Zenaide de Souza Bicudo Vernizzi;

Mécia Policarpo Quirino;

95 Marcella de Cássia Jorge Lopes

Cilmara de Oliveira Santos



CONSELHO MUNICIPAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA – COMDEFI

Lei Municipal de nº 1.043/2003 e Lei Municipal de nº 1.892/2010

ATA COMDEFI Nº 164 DE 12 DE JUNHO DE 2024

Aos doze dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e quatro, as nove horas e trinta minutos, via on-line pelo endereço eletrônico <https://meet.jit.si/COMDEFI2021> com a presença dos seguintes representantes do Poder Público Municipal: Fabiana Miranda Matos; Ruth Teixeira Jerônimo de Sousa; Paulo Malta de Carvalho Filho; Luciana Moura da Silva; Alexandre Barroqueiro de Carvalho; Priscila Moraes Lopes e Roxane Maria Moreira de Lima Rocha. Representantes da Sociedade Civil: Fabrício Vosso Dias; Ruben Dario Garcia Rodrigues; Marcella de Cassia Jorge Lopes; Cilmara Oliveira dos Santos. Justificaram as ausências: Mécia Plicarpo Querino; Luna Sales; Odir de Almeida Veiga e Amanda Bruna Barros da Costa. A Reunião tem início com a Presidente deste Conselho, Doutora Roxane dando as boas vindas a todos e informando que há quorum, logo em seguida a Presidente passa a palavra para servidora Viviane, que trabalha no financeiro da Secretaria Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência e do Idoso para explicar sobre o plano de aplicação financeira e prestação de contas do recurso do fundo municipal da pessoa com deficiência. A servidora fala que pra fazer a previsão para o ano que vem é necessário ter uma previsão de entrada mensal específica, para que seja feita uma previsão de quanto vai ter de receita pro ano seguinte, Viviane fala que atualmente não há previsão de entradas para o Fundo Municipal da Pessoa com Deficiência, então não tem como fazer um plano de aplicação para o ano que vem. Que o recurso que esta atualmente no fundo no valor de R\$ 89.177,40 tem crescido devido a rendimentos, e que não pode ser provisionado para o ano que vem e entra apenas como superávit ano que vem. Viviane relata ainda que não houve saída de recurso do Fundo Municipal da Pessoa com Deficiência este ano, que nem a deliberação de utilização de recurso do Fundo para obra de Acessibilidade da calçada da vila dignidade deliberado em 2023 saiu do Fundo ainda, inclusive fala que houve nova deliberação de valor complementar. Viviane questiona se alguém tem alguma dúvida, a Conselheira Marcella questiona como fazer pra trazer mais recurso para o Fundo. A Servidora Viviane responde que não atua nesta área, sua função é cuidar dos tramites depois que o Conselho delibera a utilização do recurso do Fundo, e que para captação de recurso é necessário uma capacitação específica. O Conselheiro Ruben Dário questiona porque a zona azul foi destinada apenas para o fundo do idoso e não dividiu igualmente entre os dois fundos.


Página 1 de 4



CONSELHO MUNICIPAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA – COMDEFI

Lei Municipal de nº 1.043/2003 e Lei Municipal de nº 1.892/2010

35 A Presidente fala que isso foi a muito tempo, mas acredita que na época não houve
36 pro atividade deste Conselho em solicitar participação, e que o Conselho do Idoso foi
37 atrás e conseguiu. Viviane exemplifica que a ficha funciona como cartão de credito, e
38 ali na ficha vai gastando até atingir o limite liberado. O Secretário Executivo lembra
39 que atualmente a legislação do Fundo fala que o recurso advindo de multas somente
40 pode ser utilizado para obras de regularização de acessibilidade em calçadas, e hoje o
41 recurso que existe no fundo é advindo de multas, restringindo seu uso, sendo ilegal
42 sua utilização em programas e projetos voltados para política da pessoa com
43 deficiência, como conferencias, ou fóruns. O Secretário Executivo continua, fala que a
44 idéia da reforma legislativa é criar uma lei que trate sobre o fundo de forma clara,
45 facilitando tanto a destinação de recurso como a captação para o fundo. A Conselheira
46 Priscila informa que foi aprovada minuta de alteração da legislação e colhida
47 assinatura na Ata e que com isso ela abriu o Processo administrativo para adequação
48 da legislação do Fundo Municipal. O Secretário Executivo relembra uma proposta da
49 Conferencia de Direitos da Pessoa com deficiência em 2023 que era solicitar uma
50 porcentagem do pedágio da área urbana, é uma forma de possível captação. O
51 Secretário Informa ainda que o Conselho Estadual fornecerá gratuitamente uma
52 capacitação para o Conselho, será em uma quarta feira as 14h com data ainda a ser
53 marcada e terá como tema principal a captação de recursos. O Conselheiro Ruben
54 Dario questiona se atualmente um Conselheiro pode solicitar a divisão da utilização da
55 receita que hoje vai exclusivamente para o Fundo do Idoso. O Secretário Executivo que
56 é possível algum conselheiro apresentar o projeto ao Conselho que deliberará sobre o
57 tema, deliberando favorável será enviado ao jurídico pra ver de que maneira isso
58 poderá ser feito. Fora isso ainda há outras intempéries como se o Conselho do Idoso
59 vai aceitar dividir sua renda, ou se a empresa aceitará o pedido, são varias duvidas
60 sobre este processo. Pauta: Projeto de Lei apresentado pelo Conselheiro Odir, o
61 Secretário Executivo informa que em reunião com a Presidente e a Vice Presidente
62 após o recebimento do Ofício da SEPEDI dizendo que não há servidor disponível e
63 capacitado para o cargo, resolveu-se que o ideal é encaminhar para o poder executivo
64 e se prosseguir na Câmara de Vereadores eles devem definir o agente fiscalizador.
65 Posto em votação ninguém se opõe ao envio ao Poder Executivo. Dando continuidade
66 na Pauta o Secretário Executivo faz a leitura integral do Requerimento do Conselheiro
67 Ruben Dario referente à solicitação de uma van e um carro adaptado a Senadora Mara
68 Gabrili. A Conselheira Priscila fala que ano passado já tentaram esta solicitação e agora
69 aconselhou o Conselheiro Dario a fazer a solicitação destinando os veículos para o
70 Conselho, justificando o acesso dos Conselheiros as reuniões ordinárias, de comissões,
71 eventos municipais, visitas as entidades e outras atividades pertinentes ao cargo de



CONSELHO MUNICIPAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA – COMDEFI

Lei Municipal de nº 1.043/2003 e Lei Municipal de nº 1.892/2010

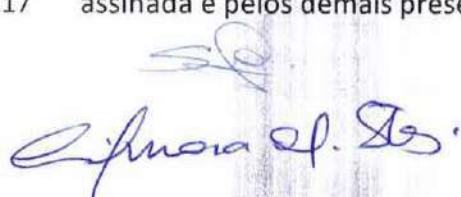
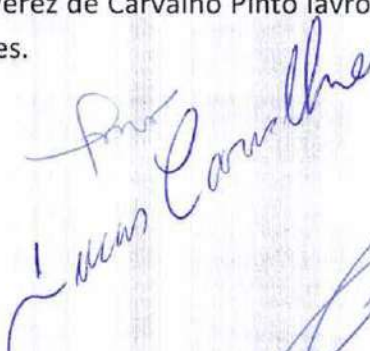
72 Conselheiro. Colocado em votação é aprovado a elaboração de ofício de solicitação
73 dos veículos para este Conselho. Dando Continuidade e lido o Requerimento do
74 Conselheiro Ruben Dario que solicita a Secretaria de Educação informações sobre
75 quantas crianças com deficiência temos hoje na rede publica municipal, e quantos TEA,
76 com objetivo de ter ampla visão para desenvolver programas e projetos mais
77 adaptados a realidade do município, por deficiência, por faixa etária e por bairros. A
78 Conselheira Fabiana fala que hoje a Educação Inclusiva possui essas informações, mas
79 atenta a necessidade de enviar para as escolas Estaduais e particulares. A Presidente
80 questiona ao Conselheiro Paulo Malta representante da Secretaria de Saúde se não
81 seria interessante enviar essa solicitação a Secretaria Municipal de Saúde também. O
82 Conselheiro fala que não sabe responder se a Secretaria teria de pronto esses dados
83 apurados por faixa etária, tipo de deficiência e região, mas acha interessante sim. A
84 Presidente acredita que seja importante, pois atingiríamos o publico maior de idade e
85 idoso. A presidente solicita ao Secretário Executivo que seja enviado ofício a Secretaria
86 de Educação, Saúde e a Regional de Ensino solicitando as informações e que seja
87 criada comissão para analisar e apurar esses dados. Dando continuidade o Secretário
88 faz a leitura na integra do requerimento do Conselheiro Dario referente ao Transporte
89 Público, fazendo denuncia de mau atendimento e que os motoristas não param para
90 pessoas com deficiência quando estão sozinhos sem acompanhantes, cobra a
91 acessibilidade nos ônibus públicos para que os cadeirantes ou pessoas com mobilidade
92 reduzida. Solicita que seja enviado ofício a empresa sobre a frota, e se é feita
93 capacitação com os funcionários para atender os munícipes com necessidades
94 especiais, e solicita ofício a Secretaria de Mobilidade Urbana e Transito se é feita a
95 fiscalização nos ônibus, especialmente quanto a acessibilidade e se é fornecido
96 treinamento para atendimento de pessoas com deficiência. Colocado em votação é
97 aprovado o envio dos referidos ofícios. A Presidente solicita também seja feito Ofício a
98 Secretaria de Serviços Públicos sobre a acessibilidade da Calçada da UBS Sumaré, pois
99 passou por lá e viu irregularidades e dificuldades da população tanto com deficiência
100 quanto mobilidade reduzida e algo precisa ser feito. A Conselheira Cilmara fala da
101 necessidade de realização de um projeto inteligente de acessibilidade em torno da
102 SEPEDI principalmente da rodoviária onde param os ônibus vindos de todos os bairros,
103 trazendo os usuários do CIAPI que são pessoas com deficiência e idosos em sua
104 maioria com mobilidade reduzida, e que após a obra do viaduto ficou muito confuso,
105 desnivelado, e não possui um caminho com a faixa para quem tem baixa ou nenhuma
106 visão. Levando em consideração que se trata do Centro de referencia da Pessoa com
107 Deficiencia e do idoso e da Secretaria especifica, se faz muito importante e
108 indispensável à acessibilidade deste pólo. A Presidente solicita que seja enviado ofício



CONSELHO MUNICIPAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA – COMDEFI

Lei Municipal de nº 1.043/2003 e Lei Municipal de nº 1.892/2010

109 a SEPEDI solicitando providencias de desenvolvimento de um projeto de acessibilidade
110 inteligente. Encerrando, a Conselheira Marcella fala que gostaria que fosse visto a
111 questão de faltas, e de justificativas, pois tem muitos conselheiros com faltas
112 consecutivas e desta maneira o conselho não consegue tocar os projetos adiante. A
113 Presidente informa que segundo o regimento interno as justificativas devem ser
114 enviadas por email, e possui até um modelo especifico, e não serão consideradas as
115 justificativas por aplicativo de mensagem, pede a colaboração de todos. Nada mais a
116 ser tratado, eu Lucas Fernando Perez de Carvalho Pinto lavro esta Ata que vai por mim
117 assinada e pelos demais presentes.




CONSELHO MUNICIPAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA – COMDEFI

Lei Municipal de nº 1.043/2003 e Lei Municipal de nº 1.892/2010

ATA COMDEFI Nº 165 DE 14 DE AGOSTO DE 2024

Aos quatorze dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte quatro às nove horas e trinta minutos via online através do Link: teve início a Reunião Ordinária do Conselho Municipal da pessoa com Deficiência de Caraguatatuba, com a presença dos seguintes representantes do Poder Público Municipal: Márcia Cristina de Souza; Ruth Teixeira Jerônimo de Sousa; Gabriel Marconi Borges da Costa e Roxane Maria Moreira de Lima Rocha. Representantes da Sociedade Civil: Fabricio Vosso Dias; Mécia Policarpo Quirino; Amanda Bruna Barros da Costa e Cilmara de Oliveira dos Santos. Justificaram a Ausência os seguintes Conselheiros: Zenaide de Souza Bicudo Bernizzi; Silvana Cordeiro de Jesus; Luna Sales; Marcella de Cássia Jorge Lopes; Fabiana Miranda Matos; Marcia Denise Gusmão Coelho; Luciana Moura da Silva e Priscila Moraes Lopes. A reunião tem início com a Senhora Doutora Roxane Maria Moreira de Lima Rocha, Presidente deste Conselho dando as boas vindas a todos e agradecendo pela presença nesta reunião Online. Em seguida a Presidente passa a palavra para convidada a servidora Silvia Tereza Girioli Silva, eleita Delegada na nossa 4ª Conferencia Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência realizada em outubro de 2023 e que participou da Conferencia Estadual e recentemente da 5ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Senhora Silvia cumprimenta a todos diz que é um prazer estar nesta reunião, fala sobre importância deste Conselho e diz que a muito tempo quer fazer parte deste Conselho, porém como representante da sociedade civil não pode pois possui vínculo empregatício com Poder Público e a Secretaria Municipal de Assistência Social fez a indicação de outras pessoas que achou pertinente. Silvia fala que foi uma experiência maravilhosa poder participar da Conferencia Estadual e da Conferencia Nacional, ter contato com pessoas de outros lugares com outras visões e principalmente ver tantas propostas distintas diz que foi uma experiência que ampliou sua visão sobre as possibilidades que a política pública para pessoa com deficiência pode alcançar para melhorar a qualidade de vida e a melhoria dos serviços prestados. Silvia fala que sentiu falta da participação de alguém do Conselho Municipal nas etapas do Estado e Nacional que seria de muita valia. O Secretário Executivo fala para Silvia que o Conselho Estadual ofereceu apenas duas vagas para participar da Conferencia Estadual e que não liberaram convites extras para assistir e vivenciar a Conferencia Estadual, pois gostaria de ter ido para ver e aprender mais sobre o evento para utilizar essa vivencia na preparação dos eventos do município. Sobre a Conferencia Nacional

Marcella de Cássia Jorge Lopes
Amanda B. Barros da Costa

[Assinatura]



CONSELHO MUNICIPAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA – COMDEFI

Lei Municipal de nº 1.043/2003 e Lei Municipal de nº 1.892/2010

36 Silvia fala que Brasília é uma cidade monumental porém falta acessibilidade, Silvia
37 relata que conheceu varias pessoas com deficiência que tiveram dificuldades em
38 Brasília. Silvia fala que foram votadas noventa propostas. O Secretário Executivo
39 solicita a Silvia que caso ela tenha se ela poderia enviar a este Conselho as propostas
40 eleitas da Conferência Estadual e da Conferência Nacional para que seja
41 disponibilizado para conhecimento dos Conselheiros. Silvia fala que o caderno de
42 propostas já foi publicado e que enviará o link do arquivo, Silvia solicita que seja
43 enviado o calendário de reuniões ordinárias do Conselho para que ela possa
44 acompanhar mais as ações deste Conselho. A Presidente agradece a participação da
45 senhora Silvia trazendo seu relato sobre sua participação nas conferências, se diz
46 muito feliz que Caraguatatuba tenha sido bem representada nas etapas, acredita que
47 essa participação fortalece a política pública no município trazendo uma visão
48 ampliada e convida a senhora Silvia a estar sempre presente nas reuniões. Dando
49 continuidade a Presidente fala sobre os preparativos para o mês "SETEMBRO VERDE -
50 Mês de inclusão da pessoa com deficiência." Fala que a abertura será dia 03 de
51 Setembro as 10h no Auditório da SEPEDI com apresentação do Fluxo de Atendimento
52 da Pessoa com Deficiência pela Diretora Técnica da SEPEDI, senhora Alcione Ribeiro e
53 logo em seguida teremos uma Palestra da OAB sobre a Lei Brasileira de Inclusão. A
54 Presidente solicita que seja enviado Ofício para as Secretarias e Entidades Sociais da
55 rede de atendimento a pessoa com deficiência informando e convidando. A Presidente
56 fala que na segunda etapa será o Circuito de Palestras nos CRAS e CREAS, uma parceria
57 com a Secretaria Municipal de Assistência Social que forneceu o espaço e as datas e
58 também com o Programa Emprego Inclusivo com a participação da Marlene que ira
59 participar no circuito de palestras falando sobre empregabilidade. As Datas disponíveis
60 pela Secretaria de Assistência Social ficaram da seguinte Maneira: CRAS Centro 11/09
61 as 14h00; CRAS Norte: 12/09 às 15h; CRAS Sul: 13/09 às 9h; CRAS Barranco: 16/09 as
62 9h30; CRAS Massaguaçu 18/09 às 9h; CRAS Jetuba: 18/09 às 14h e encerrando no
63 CREAS 25/09 - às 10h. Finalizando a Presidente solicita a confirmação de quem poderá
64 participar presencialmente do evento especial preparado pelo Conselho Estadual para
65 Assuntos da Pessoa com Deficiência - CEAPcD em parceria com Secretaria de Estado
66 dos Direitos da Pessoa com Deficiência - SEDPCD - Encontro de Formação dos
67 Conselheiros Municipais, sendo realizado dia 17 de setembro de 2024, terça feira, das
68 9h as 16h na Sede da SEPDCD localizada na Av. Mário de Andrade, 564 - portão 10,
69 Barra Funda na cidade de São Paulo. A Presidente fala que importante ressaltar que a
70 SEPEDI fornecerá somente transporte, pois não possui recurso previsto para
71 alimentação, ficando a alimentação por responsabilidade de cada conselheiro, pede
72 que os Conselheiros que tiverem interesse e puderem participar façam sua inscrição e

noelho de Caio
Alcione Ribeiro



CONSELHO MUNICIPAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA – COMDEFI

Lei Municipal de nº 1.043/2003 e Lei Municipal de nº 1.892/2010

73 informem ao Secretário Executivo pois é necessário esse numero de participantes para
74 solicitar o transporte. Nada mais a ser tratado, eu Lucas Fernando Perez de Carvalho
75 Pinto lavro esta Ata que vai por mim assinada e pelos demais presentes.

76 Márcia Cristina de Souza;

Ruth Teixeira Jerônimo de Sousa;



77 Gabriel Marconi Borges da Costa

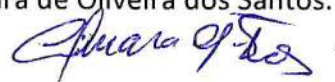
Roxane Maria Moreira de Lima Rocha.

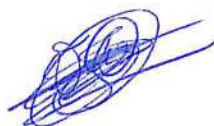
78 Fabricio Vosso Dias;

Mécia Policarpo Quirino;

79 Amanda Bruna Barros da Costa

Cilmara de Oliveira dos Santos.







CONSELHO MUNICIPAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA – COMDEFI

Lei Municipal de nº 1.043/2003 e Lei Municipal de nº 1.892/2010

ATA COMDEFI Nº 166 DE 16 DE OUTUBRO DE 2024

Aos dezesseis dias do mês de Outubro do ano de dois mil e vinte quatro às nove horas e trinta minutos via online, teve início a reunião do Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência de Caraguatatuba com a presença dos seguintes representantes do Poder Público Municipal: Paulo Malta de Carvalho; Fabiana Miranda Matos; Luciana Moura da Silva; Alexandre Barroqueiro de Carvalho; Silvia Girioli; Danilo de Oliveira; Priscila Moraes Lopes e Roxane Maria Moreira de Lima Rocha. Representantes da Sociedade Civil: Mécia Policarpo Quirino; Amanda Bruna Barros da Costa; Ruben Dario Garcia Rodrigues; Cilmara de Oliveira Santos; Maria Jose Dantas Martins. A Presidente do Conselho, Senhora Roxane Maria Moreira de Lima Rocha inicia a reunião dando as boas vindas a todos e falando que até dezembro temos muito trabalho pela frente e fala sobre a necessidade da atividade das comissões. A Presidente passa a palavra para o Secretário Executivo falar sobre os documentos recebidos. O Secretario Executivo fala o recebimento de um Ofício nº 370 de 8 de outubro de 2024 que fala sobre a utilização do recurso do Fundo Municipal da Pessoa com Deficiência para obra de acessibilidade da calçada em frente ao Projeto Vila Dignidade informando que o valor para obra atualizou para R\$ 37.918,00 (trinta e sete mil novecentos e dezoito reais) a Presidente solicita que o ofício com o novo valor seja encaminhado para o Projeto Vila Dignidade para que eles decidam se vão querer colocar em pauta novamente o tema. Dando Continuidade é feita a Leitura da Ata da ultima reunião Ata COMDEFI Nº 165, após a leitura e aprovada e será colhida assinatura na próxima reunião presencial. O Conselheiro Paulo Malta solicita que seja adicionada sua justificativa de ausência, pois estava de licença Premium. O Secretario Executivo informa que há varias Atas pendentes de assinaturas devido não ter tido a ultima reunião presencial e que na próxima reunião ordinária presencial marcada para o dia 13 de novembro deverão assinar as Atas para que possam ser disponibilizadas no Site da Prefeitura na área destinada este Conselho. A Conselheira Marcela relata que esta tendo diversos problemas técnicos e não esta conseguindo participar da reunião plenamente e solicita que a pauta sobre a capacitação seja colocada para próxima reunião. Dando continuidade a Presidente passa a palavra para a senhora Marlene que trabalha no Programa Estadual Polo de Empregabilidade falar sobre sua participação no evento Setembro Verde. Marlene cumprimenta a todos diz que é um prazer estar aqui hoje



CONSELHO MUNICIPAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA – COMDEFI

Lei Municipal de nº 1.043/2003 e Lei Municipal de nº 1.892/2010

35 agradece ao Convite e a grande oportunidade de levar o Programa Emprego Inclusivo,
36 agradece em especial ao Secretário Executivo pela acolhida e incentivo, relata que foi
37 uma parceria muito significativa pois, muitas pessoas não conheciam o Programa, não
38 sabia que existia em Caraguatatuba um Programa com essa finalidade tanto munícipes
39 quanto servidores, fala que com essa oportunidade de visibilidade de ir aos bairros
40 falar diretamente com a população foi muito gratificante, a possibilidade de
41 desmistificar a empregabilidade da pessoa com deficiência, tirar dúvidas com as
42 pessoas foi uma oportunidade única para o primeiro ano do Polo de Empregabilidade
43 em Caraguatatuba, lembrando que foi inaugurado em maio, o Polo já havia feito
44 algumas participações em alguns eventos e feiras e esse Setembro Verde veio para
45 dar mais força ao programa. Marlene fala que já recebeu contatos de pessoas que
46 ficaram sabendo do programa através do Setembro Verde, já realizou agendamentos
47 de perfil vocacional para este mês, esta colhendo os frutos desse belo trabalho em
48 parceria com este Conselho. Marlene ressalta que este programa é exclusivo para
49 pessoas com deficiência e quem tiver interesse em saber mais ou eventos pode entrar
50 em contato. A Presidente relembra que o Setembro Verde teve início com uma
51 Palestra do Presidente da OAB, Dr. Marcelo William sobre a Lei Brasileira de Inclusão e
52 depois a Diretora Técnica da SEPEDI, senhora Alcione Ribeiro apresentando o Fluxo de
53 Atendimento da Pessoa com Deficiência no município, um dia de muito aprendizado e
54 agradece a todos os Conselheiros que estiveram presentes, a Presidente deixa
55 registrado também o agradecimento ao Rotary Clube que forneceu um café da manhã
56 para os participantes. A Presidente agradece a senhora Marlene por ter se colocado a
57 disposição de ir nos CRAS, fala que foi de extrema importância levar a informação
58 diretamente nos bairros, e tem certeza que essa pro atividade fortalecerá o Programa
59 Estadual e renderá muitos frutos através de maior adesão e contratações refletindo
60 diretamente na melhoria da qualidade de vida da pessoa com deficiência de
61 Caraguatatuba. Marlene agradece novamente a oportunidade de estar na reunião
62 deste Conselho, e se despede convidando todos interessados a participar da Oficina
63 Passo a Passo do Emprego que acontecerá nos dias 28,29 e 30 de Outubro, fala que
64 será uma oficina de preparação para o mercado de trabalho, tem por objetivo
65 informar as pessoas como que acontece quando a pessoa com deficiência consegue o
66 trabalho pelo Programa, será falado sobre o antes, o durante e o depois da
67 contratação, informa que enviou o convite para o Secretário Executivo e que o link já
68 esta disponível no grupo, será online e é ofertado pelo Governo do Estado de São
69 Paulo. Dando continuidade a Presidente passa a palavra para a Conselheira Priscila
70 para falar sobre a legislação do fundo. Priscila da bom dia a todos e começa a

Priscila



CONSELHO MUNICIPAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA – COMDEFI

Lei Municipal de nº 1.043/2003 e Lei Municipal de nº 1.892/2010

71 explicação retroagindo um pouco na historia para contextualização, Priscila fala que
72 temos uma Lei Municipal que foi criada para dispor sobre as calçadas do Município e
73 dentro desta lei foi colocado que quando houvesse multas decorrentes de
74 irregularidades nas calçadas, essas multas deveriam ser direcionadas ao Fundo
75 Municipal da Pessoa com Deficiência, porém neste ato, eles restringiram a destinação
76 desse recurso, dizendo que o recurso obtido especificamente de multas de calçadas
77 deveria ser utilizado única e exclusivamente para obras de acessibilidade em calçadas
78 desta maneira engessando sua utilização. Como a legislação do fundo ficou embutida
79 na legislação da calçada acabou ficando de certa forma muito nebuloso e de difícil
80 acesso a informação que havia o Fundo Municipal da Pessoa com Deficiência e qual a
81 maneira de doar e qual seu objetivo, a forma de destinação, restringindo a informação
82 a pessoas muito próximas a política pública da pessoa com deficiência. Diante dessa
83 dificuldade foi feita solicitação de alteração e após a reforma do Decreto ficou
84 estabelecido que o recurso do Fundo Municipal da Pessoa com Deficiência pode ser
85 utilizado em sua totalidade para qualquer programa ou projeto voltado a pessoa com
86 deficiência através de aprovação do Colegiado em Assembléia. Priscila fala que hoje o
87 Conselho terá autonomia para decidir como utilizar o recuso do Fundo, e cita exemplos
88 como capacitação dos conselheiros, ou da rede de atendimento, fóruns, conferencias e
89 outros tipos de projetos e eventos voltados a políticas públicas para pessoas com
90 deficiência. Priscila fala sobre a necessidade de fazer uma campanha de arrecadação e
91 buscar novas formas de captação de recurso para que o Fundo tenha força para
92 realizar mais programas e projetos voltados a pessoa com deficiência no Município. O
93 Secretário Executivo fala sobre recebimento de uma solicitação de utilização de
94 recurso para obra de acessibilidade de calçada protocolada dia 03 de outubro. A
95 Conselheira Priscila fala que qualquer solicitação de utilização de recurso deve ser
96 encaminhada para Comissão de Orçamento e Finanças para uma pré análise antes de
97 passar no Colegiado. A Presidente fala da importância de fazer uma reforma legislativa
98 que crie uma Lei Municipal específica do Fundo Municipal da Pessoa com Deficiência
99 para que facilite o acesso a informação, facilitando assim a captação de recurso e
100 criando normas do protocolo de utilização, visando dar mais simplicidade e clareza. A
101 Presidente fala ainda sobre a proposta vinda da Conferência de enviar para a empresa
102 que administra a empresa que ira fazer a gestão dos pedágios no município de
103 Caraguatatuba solicitando uma porcentagem como compensação social, tendo em
104 vista a utilização de nosso território para obtenção de lucros. A Presidente fala da
105 necessidade da criação e aprovação do Plano de Ação deste Conselho para o ano que
106 vem e com esse plano de ação devidamente aprovado, elaborar um documento e ir



CONSELHO MUNICIPAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA – COMDEFI

Lei Municipal de nº 1.043/2003 e Lei Municipal de nº 1.892/2010

atrás de entrar em contato com a concessionária dos pedágios para tentar uma captação de recurso a exemplo do que foi feito entre a Zona Azul e o Fundo Municipal do Idoso. A Presidente fala ainda que este momento onde as praças ainda estão sendo montadas que o momento ideal de já chegar com a proposta bem montada. O Conselheiro Dario sugere solicitar parte da multa referente aos Condomínios Residenciais que tem obrigatoriedade de ter cadeira de rodas e não possuem, o Conselheiro fala que essa Lei Municipal é de autoria do Jair Silva e já existe mas que falta complementação. A Conselheira Priscila fala que se tratando de Lei Municipal cabível de multa, pode ser feito a solicitação de destinação dessa multa ou parte para o Fundo Municipal da Pessoa com Deficiência. A Presidente fala sobre a substituição da representante da Secretaria de Assistência Social, a saída da servidora Ruth e entrada da servidora Silvia e pergunta se a Conselheira tem interesse em substituir a Ruth também nas Comissões de trabalho interno. A Presidente solicita que a Comissão do Plano de Ação se reúna para elaborar o calendário do ano que vem contendo o cronograma, objetivos e metodologia. Fica marcado reunião para próxima terça feira dia 22 de outubro as 9h30min. A Presidente solicita ao Secretário Executivo que seja enviado questionamento a SEPEDI e ao CIAPI se há planejamento sobre a Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência que ocorre normalmente em dezembro devido ao dia 03 de Dezembro ser o Dia Internacional da Pessoa com Deficiência. O Conselheiro Paulo Malta fala da necessidade de reunir a Comissão de Monitoramento do Fluxo Municipal de Atendimento da Pessoa com Deficiência, que foi criado em Julho e até agora a comissão não se reuniu, Paulo pede para falar com a SEPEDI para organizar essa reunião. Nada mais a ser tratado eu Lucas de Carvalho Pinto, Secretário Executivo deste Conselho lavro esta Ata que vai por mim assinada e pelos demais presentes.

Paulo Malta de Carvalho;

Luciana Moura da Silva;

Silvia Girioli;

Priscila Moraes Lopes

Mécia Policarpo Quirino;

Ruben Dario Garcia Rodrigues;

Maria Jose Dantas Martins.

Fabiana Miranda Matos;

Alexandre Barroqueiro de Carvalho;

Danilo de Oliveira;

Roxane Maria Moreira de Lima Rocha.

Amanda Bruna Barros da Costa;

Cilmara de Oliveira Santos;



CONSELHO MUNICIPAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA – COMDEFI

Lei Municipal de nº 1.043/2003 e Lei Municipal de nº 1.892/2010

ATA COMDEFI Nº 167 DE 11 DE NOVEMBRO DE 2024

Aos onze dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte quatro às nove horas e trinta minutos presencialmente na Sala este Conselho, teve início a reunião do Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência de Caraguatatuba com a presença dos seguintes representantes do Poder Público Municipal: Fabiana Miranda Matos; Silvia Girioli; Paulo Malta de Carvalho Filho; Luciana Moura da Silva; Alexandre Barroqueiro de Carvalho e Roxane Maria Moreira de Lima Rocha. Representantes da Sociedade Civil: Fabricio Vosso Dias; Ruben Dário Garcia Rodrigues; Marcela de Cássia Jorge Lopes; Cilmara Oliveira dos Santos e Maria Jose Dantas Martins. A Presidente do Conselho da as boas vindas a todos diz que é um prazer reencontrar os conselheiros pessoalmente, passa a palavra para o Secretário Executivo fazer a leitura da Ata COMDEFI Nº 166 da ultima reunião, após a leitura a Ata é aprovada e passa para colher assinaturas. Em seqüência a Presidente passa as Atas anteriores para Colher assinatura para que possam ser disponibilizada no Site da Prefeitura na área destinada ao Conselho. Dando continuidade é apresentado o Plano de Ação COMDEFI 2025, que tem por objetivo nortear as ações deste conselho para o ano que vem, a Comissão se reuniu num primeiro momento e montou as ações prioritárias para o ano de 2025 definindo período, competência, parcerias e metodologia, numa segunda reunião o trabalho lapidado. O Secretário Executivo faz a leitura integral do Plano de Ação, o Conselheiro Paulo Malta solicita a inclusão de uma reunião intersetorial dos Conselhos para o segundo semestre. Após a inclusão da sugestão do Conselheiro Paulo malta o Plano de Ação COMDEFI é aprovado por unanimidade. O Conselheiro Ruben Dario questiona sobre o plano de aplicação financeira para realização das ações descritas no Plano de Ação. O Secretário Executivo informa que deverá ser feita nova reunião para ser planejar quais são materiais e contratações que serão utilizadas em cada ação programada para fazer uma novo documento e aprovar, porém conforme orientação do setor de Compras/Financeiro da SEPEDI como Fundo Municipal da Pessoa com Deficiencia não teve receita este ano, o recurso atual será disponibilizado somente em março como superávit. Dando continuidade a Presidente passa a palavra para a Conselheira Cilmara Oliveira falar sobre a capacitação ocorrida na cidade de São Paulo. A Conselheira Cilmara fala que a Capacitação foi enriquecedora, ampliou a visão sobre como deve ser a atuação do Conselho e dos Conselheiros, diz que havia muitas



CONSELHO MUNICIPAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA – COMDEFI

Lei Municipal de nº 1.043/2003 e Lei Municipal de nº 1.892/2010

35 autoridades presentes com muito conteúdo bom. Fala que foi uma pena ter ido
36 poucos representantes deste Conselho, diz que foi falado sobre uma capacitação
37 online para garantir a maior adesão. Cilmara fala que ficou maravilhada com muita
38 gente engajada e foi esclarecedor, fala que aqui estamos trabalhando em passos
39 lentos que se houvesse uma capacitação para este Conselho informando sobre o papel
40 do Conselheiros e a importância do Conselho acredita que fortaleceria o COMDEFI. A
41 Presidente agradece aos Conselheiros que foram e marcaram presença no evento e
42 trazendo melhorias para o trabalho deste Conselho no Município. Encerrando a
43 Presidente solicita que seja enviado Ofício ao DER sobre essa obra do viaduto em
44 frente a SEPEDI, pois é necessário fazer uma novo estudo sobre uma rota acessível e
45 segura da rodoviária a SEPEDI e ao CIAPI garantindo ao público alvo que são pessoas
46 com deficiência a segurança no percurso pois como está, está inadequado. A
47 Presidente convoca a próxima reunião para o dia 11 de Dezembro de maneira on-line e
48 como pauta inicial os esclarecimentos da SEPEDI sobre a alteração de Gestão da
49 Instituição de Longa Permanência Maria Lucia Baracat e a aprovação do Calendário de
50 Reuniões Ordinárias deste Conselho para o Ano de 2025. Nada mais a ser tratado, eu
51 Lucas de Carvalho Pinto lavro esta Ata que vai por mim assinada e pelos demais
52 Presentes.

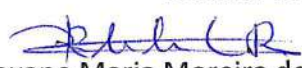
53 Fabiana Miranda Matos

Silvia Girioli

54 Paulo Malta de Carvalho Filho

Luciana Moura da Silva

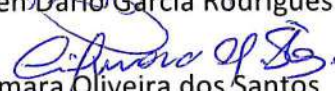
55 Alexandre Barroqueiro de Carvalho


Roxane Maria Moreira de Lima Rocha

56 Fabricio Vosso Dias


Ruben Dario Garcia Rodrigues

57 Marcela de Cássia Jorge Lopes


Cilmara Oliveira dos Santos

58 Maria Jose Dantas Martins



CONSELHO MUNICIPAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA – COMDEFI

Lei Municipal de nº 1.043/2003 e Lei Municipal de nº 1.892/2010

ATA COMDEFI Nº 168 DE 11 DE DEZEMBRO DE 2024

Aos onze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e quatro, às nove horas e trinta minutos, via digital teve início a reunião do Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência de Caraguatatuba com a presença dos seguintes representantes do Poder Público Municipal: Márcia Cristina de Souza; Silvia Girioli; Luciana Moura da Silva; Alexandre Barroqueiro de Carvalho; Priscila Moraes Lopes, Gabriel Marconi Borges da Costa e Roxane Maria Moreira de Lima Rocha. Representantes da Sociedade Civil: Fabrício Vosso Dias, Mécia Policarpo Querino, Amanda Bruna Barros da Costa, Ruben Dario Garcia Rodrigues, Cilmar Oliveira dos Santos. A Presidente deste Conselho senhora Doutora Roxane Maria Moreira de Lima Rocha da às boas vindas a todos, nesta que é nossa ultima reunião deste ano, e também será sua ultima reunião, pois finalizando esta gestão ela será desligada da municipalidade. Agradece a presença de todos, fala que este ano foi um ano muito importante e produtivo neste Conselho. A Presidente solicita ao Secretário Executivo que inicie fazendo a leitura da Ata da ultima reunião Ata COMDEFI nº 167 de 11 de Novembro de 2024. Após a leitura a Ata é aprovada e colherá assinatura na próxima reunião presencial. Partindo para os avisos, o a Presidente Informa que conforme o Decreto Municipal que dispõe sobre os pontos facultativos no final de ano o Conselho não funcionará nos dias 24 e 25 de Dezembro e nem nos dias 30, 31 de dezembro e 1º de Janeiro, voltando às atividades no dia 2 de Janeiro de 2025. Dando continuidade à pauta a Presidente passa a Palavra para o Secretário Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência e do Idoso, senhor Amauri Toledo para falar sobre a saída da Associação ADEV da gerência da Instituição de Longa Permanência que leva o nome de Maria Lúcia Baracat, localizada na a Av. Albert Charles Hanciau, nº 281 - Pontal de Santa Marina, Amauri informa que a partir de primeiro de Dezembro quem assumiu a gestão é a Associação Lar São Francisco de Assis. Amauri relembra do início a grande necessidade da abertura da ILP devido a grande demanda no município, relembra que quando foi feito o devido Chamamento Público das entidades e associações, a ADEV foi a única que participou, relata que no início a SEPEDI esteve muito junto montando todo o plano operacional, o Conselho foi muito importante deliberando a utilização de recurso do Fundo Municipal do Idoso para a equipagem do local. Amauri fala que equipe técnica da SEPEDI sempre fez a supervisão do serviço, mesmo diante algumas denúncias sempre esteve acompanhando de perto o funcionamento, com o passar do tempo foram feitas observações e solicitações de ajuste de conduta e a Associação não atendia as solicitações de melhorias, então chegando ao final do primeiro ano de gestão, notou-se o total despreparo para prestação deste tipo de serviço de alta complexidade o que motivou e justifica a quebra de contrato com a Associação. Amauri relata que conversou com o Lar São Francisco de Assis, explicou todos os problemas que a ILP vinha enfrentando e que não havia mais como continuar, o Lar São Francisco ouviu e entendeu a situação e a importância de atender a esse chamado. O Lar São Francisco



CONSELHO MUNICIPAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA – COMDEFI

Lei Municipal de nº 1.043/2003 e Lei Municipal de nº 1.892/2010

42 assumiu através de um contrato emergencial com prazo de um ano para realização de
43 um novo Processo de Chamamento Público. A ADEV por sua vez não aceitou bem o
44 fim, tentou prejudicar os funcionários, ofendeu os servidores e falou varias inverdades.
45 Amauri fala que a Secretaria tem tudo documentado através dos ofícios, as
46 solicitações, as tentativas de fazer o serviço estar a contento porem não havia mais
47 como continuar e o final foi terrível. O Lar São Francisco montou uma mega operação
48 para atender a demanda, alguns funcionários foram aproveitados e permaneceram
49 mas a grande parte foram demitidos. Amauri informa que há dois Processos em
50 andamento, um do Ministério do Trabalho que os funcionários entraram na justiça
51 contra a ADEV alegando não ter recebido seus vencimentos e direitos. E um Processo
52 Civil contra ADEV pelos descumprimento do contrato dos serviços contratados, dos
53 ofícios enviados, a falta de respostas e falta de compromisso, lembrando que é um
54 serviço de alta complexidade não se pode tratar de qualquer forma. Amauri fala que o
55 que importa é que atualmente o Lar São Francisco de Assis conseguiu fazer uma boa
56 transição passar tranqüilidade as pessoas acolhidas, Amauri elogia a Célia Alves
57 Guimarães e toda equipe dela que foram muito carismáticos e muito cuidadosos ao
58 chegar na ILP mesmo diante de um momento difícil foram muito serenos mantendo
59 um bom ambiente. O Conselheiro Ruben Dario questiona por que não foi feito um
60 planejamento para que as Entidades Sociais Locais para fazer parte do chamamento. O
61 Secretário Amauri fala que no período do Chamamento Público foi muito difícil fazer a
62 mobilização das Entidades Sociais do município, Amauri relata que foi atrás de varias
63 entidades sociais locais que se recusaram assumir uma grande responsabilidade como
64 essa, algumas alegaram falta de recurso outras esbarrava no Contrato Social que era só
65 para idosos ai teria que mexer em toda documentação das entidades, pois lembrando
66 que esta ILP é a primeira instituição mista do Brasil então é uma situação diferenciada.
67 Sendo assim somente a ADEV se candidatou e foi a contemplada. O Conselheiro Ruben
68 Dario questiona sobre a possibilidade de duas entidades sociais uma que atende
69 especificamente pessoa idosa e outra que atenda especificamente pessoa com
70 deficiência dividir a gestão da ILP? O Secretário informa que logisticamente e
71 estrategicamente fica difícil a gestão de pessoas de duas entidades dentro do mesmo
72 espaço dividindo as funções e recursos, tem tudo pra dar errado. Amauri informa que
73 já foi aberto o pedido de um novo Processo de Chamamento Público para assumir a
74 gestão da ILP, com um prazo de um ano para que a nova Gestão da Prefeitura entenda
75 e de continuidade ao Processo. A Presidente Dra Roxana agradece as explicações,
76 entende as motivações, acredita muito na gestão do Lar São Francisco de Assis que é
77 uma entidade forte e antiga no município e deseja muito sucesso que essa nova gestão
78 floresça e perdure, melhorando o serviço e a qualidade de vida das pessoas que são
79 atendidas pelo serviço. Aproveitando a oportunidade A Presidente gostaria de
80 agradecer ao Secretário Amauri pela receptividade pela parceria brilhante por todos os
81 momentos bons e pela ajuda nos momentos difíceis deste Conselho, agradece de
82 coração, Roxane fala que também estará se desligando da Prefeitura este final de ano
83 e desta maneira também deixará o COMDEFI, e emocionada fala que sentirá saudade
84 deste Conselho que trouxe grandes oportunidades de conhecer muita gente boa,



CONSELHO MUNICIPAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA – COMDEFI

Lei Municipal de nº 1.043/2003 e Lei Municipal de nº 1.892/2010

85 brilhante e empenhada na causa. Amauri agradece os elogios recebidos, elogia a
86 gestão da Dra. Roxane que foi manteve a calma e postura diante de momentos difíceis
87 e soube conduzir o Conselho mantendo a ordem e progresso. Amauri fala que são
88 ciclos da vida, que Deus permitiu que ele viesse pra cá e tivesse oportunidade de lidar
89 com todos os presentes, relata que tem 30 anos trabalhando na área da Saúde, foram
90 muitos anos dentro da área da saúde, quando recebeu o convite para assumir a pasta
91 da Pessoa com Deficiência e do Idoso ficou apreensivo, pois se trata de um público
92 específico, aprendeu muito, acredita que fez o melhor que pode, acredita também que
93 muita coisa ainda poderia ser feita, mas a gente vive sob regras e orientações, diz que
94 é Secretário, mas também recebe ordens, mas enfim fica muito feliz de ter tido a
95 oportunidade de passar por aqui conhecer de perto a causa da pessoa com deficiência
96 e da pessoa idosa, pois poucas pessoas sabem do importante trabalho da SEPEDI.
97 Amauri destaca como grande felicidade de sua gestão ter conseguido realizar com a
98 APAE a Residência Inclusiva, diz que na região apenas Caraguatatuba possui esse
99 projeto tão importante, diz que esteve lá semana passada, e ficou feliz de ver tudo
100 funcionando como sonhado e planejado. Amauri também destaca como grande vitória
101 a inauguração da Instituição de Longa Permanência que também atende a pessoa com
102 deficiência grau três, atualmente são seis pessoas institucionalizadas e ressalta que é a
103 primeira ILP mista do Brasil. Amauri informa que atualmente há seis pessoas com
104 deficiência institucionalizadas, e fala que a triagem de como é feito esse acolhimento é
105 feito pela equipe técnica da SEPEDI consultando as Secretarias parceiras como a
106 Secretaria Municipal de Assistência Social e a Secretaria Municipal de Saúde, são feito
107 reuniões concentradas para discussão e acompanhamento dos casos para chegar na
108 situação de acolhimento. Amauri também destaca a implementação do Fluxo
109 Municipal de Atendimento da Pessoa com Deficiência Vítima de Violência através de
110 resolução deste Conselho, Amauri relata que quando ele fala que Caraguatatuba
111 possui uma normativa que rege esse fluxo as cidades ficam admiradas, é uma grande
112 conquista. Amauri encerra agradecendo ao Secretário Executivo senhor Lucas de
113 Carvalho Pinto que tem uma paciência grandiosa, muito prestativo, muito
114 companheiro, nos momentos mais difíceis ele sempre surpreende com novas idéias,
115 senta estuda e planeja sempre uma melhor solução. Amauri encerra agradecendo a
116 todos os Conselheiros, deseja um bom natal e um feliz ano novo. O Conselheiro Ruben
117 Dario agradece ao Secretário Amauri, diz saber das barreiras principalmente
118 orçamentárias, mas elogia os projetos implementados principalmente a Residência
119 Inclusiva e a ILP que são de grande importância para melhoria da qualidade de vida e
120 longevidade da pessoa com deficiência de Caraguatatuba. Continuando com nossa
121 reunião a Conselheira Marcela havia solicitado a inclusão no Plano de Ação 2025 na
122 área de capacitação o convite do Ministério Público e Defensoria Pública. Dando
123 continuidade o Secretário Executivo faz a Prestação de Contas do recurso do Fundo
124 Municipal da Pessoa com Deficiência, informa que enviou junto com a convocação o
125 extrato do Fundo, e enviou hoje também no grupo de Whatsapp para que todos
126 analisem e tirem dúvidas, onde consta de o período de 1º de janeiro de 2024 a 31 de
127 novembro de 2024 e nele consta que em 29 de novembro quando foi retirado no



CONSELHO MUNICIPAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA – COMDEFI

Lei Municipal de nº 1.043/2003 e Lei Municipal de nº 1.892/2010

extrato onde consta o valor total R\$ 92.676,96 (noventa e dois mil seiscientos e setenta e seis reais e noventa e seis centavos.) tudo que contem no espelho são rendimentos de aplicações, o Secretário informa que conforme extrato apresentado não há saída ou retirada do Fundo Municipal da Pessoa com Deficiência. Nem para o projeto de adequação de calçada anteriormente deliberado, repete, nada saiu do Fundo Municipal da Pessoa com Deficiência. O Secretário Executivo questiona se alguém tem alguma dúvida. Não havendo dúvidas sobre o fundo o Secretário Executivo passa para próxima pauta: edital de eleição para uma vaga remanescente de Conselheiro suplente representantes da sociedade civil no seguimento pessoa física com deficiência. O Secretário explica que utilizou o ultimo edital, retirou os outros seguimentos ficando especificamente pessoa física com deficiência, e aprovando hoje já possível abrir as inscrições. O Secretário faz a leitura dos requisitos e dos documentos necessários, fala sobre o período de inscrição do dia 12 de Dezembro de 2024 a 17 de Janeiro de 2025, de segunda a sexta-feira, das 08h às 16h, situada na Rua Jorge Burihan, n.º 10 – Bairro Jardim Jaqueira, Caraguatatuba. O Secretário informa que a eleição acontecerá no dia 18 de Fevereiro de 2025, sexta feira, com início às 09hs, na sede da Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência e do Idoso, situada na Avenida Jorge Burihan, n.º10 – Jardim Jaqueira, com término de votação às 16hs. Posto em votação é aprovado por unanimidade. A Presidente fala que será publicado no Diário oficial e será feito matéria no site da Prefeitura, mas que só essa divulgação não é suficiente para dar a visibilidade necessária e chegar no público específico e solicita aos conselheiros e principalmente entidades que se mobilizem participem e façam uma captação de recursos humanos para trazer um Conselheiro que venha somar. Encerrada a pauta o Secretário Executivo agradece a paciência de todos fala que sabe que é acelerado mais é porque sabe que todo mundo aqui é voluntário e tem responsabilidades então tenta deixar a reunião mais resoluta, agradece a pareceria de todos, acredita que todo mundo contribuiu esse ano da forma que pode, reforça na importância do diálogo, de se comunicar, de construir pontes para fortalecer a política da pessoa com deficiência que é pra isso que todos nos estamos reunidos aqui neste Conselho. Pede desculpas por algumas falhas que aconteceram no caminho, reforça que foi um ano difícil de muitas restrições, mas fez o que pode com o que tinha e mesmo assim acredita que o COMDEFI fez muito, se fez presente em todos as regiões do município. Agradece em especial a Dra. Roxane pela paciência e pela forma carinhosa que conduziu os trabalhos durante sua gestão, e diz que sentirá saudades de sua serenidade neste Conselho. Dra. Roxane agradece ao Secretário Executivo fala que foi uma importante peça no tabuleiro, trouxe muita luz e sabedoria a este conselho e ao Conselho do idoso e tomara que a próxima gestão veja seu talento e te mantenha para garantir a estabilidade e o fortalecimento do Conselho. Dra Roxane se dirige aos Conselheiros agradece a todos pela colaboração pela participação, aos que vão ficar deseja sucesso, força e engajamento para manter o COMDEFI vivo e mais forte, como legado fica o Plano de Ação 2025 que pra quem chegar já existe um mapeamento dos trabalhos para o ano que vem. Dra. Roxane fala que o COMDEFI é para dar visibilidade as pessoas com deficiência que muitas vezes não são ouvidas e bem cuidadas,



CONSELHO MUNICIPAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA – COMDEFI

Lei Municipal de nº 1.043/2003 e Lei Municipal de nº 1.892/2010

171 valorizadas como deveriam, como todo ser humano merece, e deseja que todos sigam
172 nesse caminho e diz que sentirá saudades. Nada mais a ser tratado eu Lucas de
173 Carvalho Pinto, Secretário Executivo deste Conselho lavro esta Ata que vai por mim
174 assinada e pelos demais presentes.

175

176 Márcia Cristina de Souza

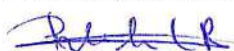
Silvia Girioli

177 Luciana Moura da Silva

Alexandre Barroqueiro de Carvalho

178 Priscila Moraes Lopes

Gabriel Marconi Borges da Costa

179  Roxane Maria Moreire de Lima Rocha.

Fabício Vosso Dias

180 Mécia Policarpo Querino

Amanda Bruna Barros da Costa

181 Ruben Dario Garcia Rodrigues

Cilmara Oliveira dos Santos



Prefeitura Municipal da Estância Balneária de Caraguatatuba.
Razão Bancário

05/12/2024
08:29:41

Exercício de 2024

Filtro: Período de 01/01/2024 a 31/12/2024

Ficha: 00538	Conta: 6.2.02.00.1313 - PMC - MULTA CALÇADA - 30759-9	C/C: 001 01741-8 30759-9 - PMC - MULTA CALÇADA - 30759-9
Fonte de Recurso: 01 - Tesouro		Aplicação: 110.0000 - Geral
Fonte de Recurso STN: 1500 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - RECURSOS DO EXERCÍCIO CORRENTE		
Complemento da Fonte de Recurso STN:		
Conta Contábil: 1.1.1.1.1.19.00.00.00.00 - Bancos Conta Movimento - Demais Contas (F)		

Data	Documento	Docto.	Especificação	Movimento	Saldo
Saldo Anterior					86.303,77
31/01/2024	RENDIMENTO BANCÁRIO		MUNICIPIO DE CARAGUATATUBA (46.482.840/0001-39) Lançamento: 00001808/2024 - Receita: 000510/2024 (Recebimento de receita) Histórico: RENDIMENTOS BANCÁRIOS REFERENTE AO MÊS DE JANEIRO/2024	644,99	86.948,76
29/02/2024	RENDIMENTO BANCÁRIO		MUNICIPIO DE CARAGUATATUBA (46.482.840/0001-39) Lançamento: 00004310/2024 - Receita: 001249/2024 (Recebimento de receita) Histórico: RENDIMENTOS BANCÁRIOS REFERENTE AO MÊS DE FEVEREIRO/2024	533,32	87.482,08
28/03/2024	RENDIMENTO BANCÁRIO		MUNICIPIO DE CARAGUATATUBA (46.482.840/0001-39) Lançamento: 00006932/2024 - Receita: 001932/2024 (Recebimento de receita) Histórico: RENDIMENTOS BANCÁRIOS REFERENTE AO MÊS DE MARÇO/2024	556,69	88.038,77
30/04/2024	RENDIMENTO BANCÁRIO		MUNICIPIO DE CARAGUATATUBA (46.482.840/0001-39) Lançamento: 00009568/2024 - Receita: 002645/2024 (Recebimento de receita) Histórico: RENDIMENTOS BANCÁRIOS REFERENTE AO MÊS DE ABRIL/2024	588,17	88.626,94
31/05/2024	RENDIMENTO BANCÁRIO		MUNICIPIO DE CARAGUATATUBA (46.482.840/0001-39) Lançamento: 00012015/2024 - Receita: 003351/2024 (Recebimento de receita) Histórico: RENDIMENTOS BANCÁRIOS REFERENTE AO MÊS DE MARÇO/2024	550,46	89.177,40
28/06/2024	RENDIMENTO BANCÁRIO		MUNICIPIO DE CARAGUATATUBA (46.482.840/0001-39) Lançamento: 00014674/2024 - Receita: 004130/2024 (Recebimento de receita) Histórico: RENDIMENTOS BANCÁRIOS REFERENTE AO MÊS DE JUNHO/2024	527,02	89.704,42
31/07/2024	RENDIMENTO BANCÁRIO		MUNICIPIO DE CARAGUATATUBA (46.482.840/0001-39) Lançamento: 00017386/2024 - Receita: 004903/2024 (Recebimento de receita) Histórico: RENDIMENTOS BANCÁRIOS REFERENTE AO MÊS DE JULHO/2024	609,11	90.313,53
30/08/2024	RENDIMENTO BANCÁRIO		MUNICIPIO DE CARAGUATATUBA (46.482.840/0001-39) Lançamento: 00020421/2024 - Receita: 005770/2024 (Recebimento de receita) Histórico: RENDIMENTOS BANCÁRIOS REFERENTE AO MÊS DE AGOSTO/2024	590,32	90.903,85
30/09/2024	RENDIMENTO BANCÁRIO		MUNICIPIO DE CARAGUATATUBA (46.482.840/0001-39) Lançamento: 00023143/2024 - Receita: 006508/2024 (Recebimento de receita) Histórico: RENDIMENTOS BANCÁRIOS REFERENTE AO MÊS DE SETEMBRO/2024	568,47	91.472,32
31/10/2024	RENDIMENTO BANCÁRIO		MUNICIPIO DE CARAGUATATUBA (46.482.840/0001-39) Lançamento: 00026165/2024 - Receita: 007300/2024 (Recebimento de receita) Histórico: RENDIMENTOS BANCÁRIOS REFERENTE AO MÊS DE OUTUBRO/2024	644,00	92.116,32
29/11/2024	RENDIMENTO BANCÁRIO		MUNICIPIO DE CARAGUATATUBA (46.482.840/0001-39) Lançamento: 00028683/2024 - Receita: 007942/2024 (Recebimento de receita) Histórico: RENDIMENTOS BANCÁRIOS REFERENTE AO MÊS DE NOVEMBRO/2024	560,64	92.676,96
Total dos Depósitos:				6.373,19	Total das Retiradas: 0,00

Flavio 99-85
29/01/2025